



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 181

PORTO VELHO-RO, QUINTA-FEIRA, 29 DE OUTUBRO DE 2015

ANO IV

SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA	Capa
SECRETARIA GERAL	3976
SUP. DE RECURSOS HUMANOS	3978
SEC. DE PLAN. E MOD. DA GESTÃO	3980

TAQUIGRAFIA

ATA DA 54ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

Em 14 de outubro de 2015

Presidência dos Srs.

Adelino Follador - Deputado
Cleiton Roque - Deputado
Laerte Gomes - Deputado
Maurão de Carvalho - Presidente

Secretariado pelo o Sr.
Jesuíno Boabaid - Deputado

(Às 9 horas e 21 minutos é aberta a Sessão)

DEPUTADOS PRESENTES: Adelino Follador (DEM), Aécio da TV (PP), Airton Gurgacz (PDT), Alex Redano (SD), Cleiton Roque (PSB), Glaucione (PSDC), Hermínio Coelho (PSD), Jean Oliveira (PSDB), Jesuíno Boabaid (PT de B), Laerte Gomes (PEN), Lázinho da Fetagro (PT), Lebrão (PTN), Leo Moraes (PTB), Lúcia Tereza (PP), Marcelino Tenório (PRP), Maurão de Carvalho (PP), Ribamar Araújo (PT) e Só Na Bença (PMDB).

DEPUTADOS AUSENTES: Dr. Neidson (PT do B), Edson Martins (PMDB), Ezequiel Júnior (PSDC), Luizinho Goebel (PV) e Rosângela Donadon (PMDB), Saulo Moreira (PDT).

O SR. ADELINO FOLLADOR – Havendo número legal, sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta a 54ª Sessão Ordinária Legislativa da 1ª Sessão Legislativa da 9ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Solicito ao senhor Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário ad hoc) - Proceda à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Em discussão a Ata que acaba de ser lida. Não havendo observações, dou-a por aprovada.

Solicito ao senhor Secretário que proceda à leitura do Expediente recebido.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário ad hoc) – Proceda à leitura do Expediente recebido.

EXPEDIENTE RECEBIDO

- Ofício Nº 648 / 2015 – Tribunal de Justiça, informando que o Acórdão referente à ADIN nº 0000100-44.2015.8.22.0000, que tem por objeto a Lei Complementar nº 625 de 16 de agosto de 2011, transitou em julgado.

Lido o Expediente recebido, senhor Presidente.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Passemos às Breves Comunicações.

Com a palavra no prazo de 05 minutos, sem Apartes, a ilustre Deputada Lúcia Tereza, a eminente Deputada Lúcia Tereza, Professora.

A SRA. LÚCIA TEREZA – Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa e público aqui presente, amanhã é um dia que se comemora o Dia do Professor, e não poderia deixar de dizer nesta Tribuna onde tenho a oportunidade, mesmo que a plateia esteja em número reduzido, mas me sinto no dever, na

MESA DIRETORA

Presidente: **MAURÃO DE CARVALHO**
1º Vice-Presidente: **EDSON MARTINS**
2º Vice-Presidente: **HERMÍNIO COELHO**

1º Secretário: **EURÍPEDES LEBRÃO**
2ª Secretária: **GLAUCIONE RODRIGUES**
3º Secretário: **ALEX REDANO**
4º Secretária: **ROSÂNGELA DONADON**

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretário Legislativo - **Carlos Alberto Martins Manvailer**
Divisão de Publicações e Anais - **Róbison Luz da Silva**

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Rua Major Amarante, 390 - Arigolândia
CEP 76.801-911 - Porto Velho-RO

obrigação e com satisfação de parabenizar aos professores. E vem lembrar-nos com certeza das pesadas responsabilidades desses profissionais que são os guardiões da aprendizagem, transmitindo conhecimento, os valores, habilidades, fazendo uso das esperanças e talentos de crianças, dos jovens e até dos adultos. Ajudando-os a crescer e a se tornar cidadãos produtivos. Se deres um peixe a um ser faminto nós vamos alimentá-lo por um dia, mas se o ensinares a pescar vai alimentar por toda vida tornando-o capaz de produzir para a sua subsistência e ocupar o seu espaço com dignidade e transmitir aos outros. Ninguém nega o valor da educação, todo mundo sabe disso, todo mundo fala, principalmente, na classe política e que um bom professor é imprescindível na sociedade. Mas ainda que desejem bons professores para os seus filhos, poucos pais desejam que seus filhos sejam professores, isso é verdade. Isso nos mostra, senhores e senhoras, que o reconhecimento ao trabalho de educar é duro, é difícil e é necessário, mas permitimos que esses profissionais continuem sendo desvalorizados. Apesar de mal remunerados, com baixo prestígio até social e responsabilizado na maioria das vezes pelo fracasso da educação de um País, de um Estado ou de um município, grande parte dos professores ainda resiste e, melhor ainda, continuam apaixonados pelo seu trabalho. A data, senhores e senhoras, é um convite para que todos, pais, alunos, sociedade, repensemos, Deputado Presidente Follador, nossos papéis, nossas atitudes, pois com elas demonstramos o compromisso com a educação que realmente queremos.

Aos professores fica o convite para que não desanimem de sua missão de educar, nem desanimem diante dos desafios, nem deixem de educar as pessoas para serem águias, pois se a educação sozinha não transforma sociedade, sem a educação tampouco a sociedade vai mudar. Quero lembrar aqui o Albert Einstein que disse: "Educação é o que resta depois de ter esquecido tudo o que se aprendeu na escola; educação é muito mais ampla".

E gostaria, com a permissão de Vossas Excelências, representando aqui os 24 Deputados, dizer uma poesia em homenagem e pedir a Deus que faça com que nós Deputados desta Casa, com pessoas maravilhosas, inteligentes, cheia de compromissos que eu sinto, no decorrer desses meses que nós assumimos este mandato, que nós não nos tornemos inúteis, que nós possamos fazer alguma coisa para educação efetivamente. Nos resta ter a consciência de não fazermos aquilo que pudermos porque a mão de Deus pesa mais do que a da sociedade. Então eu vou recitar uma poesia de Fernando Pessoa.

"EDUCAR"

Educar é viajar no mundo do outro sem nunca penetrar nele.

É usar o que pensamos para nos transformar no que somos.

O maior educador não é o que controla, mas é aquele que liberta.

Não é o que aponta os erros, mas o que os previne.

Não é o que corrige comportamentos, mas é o que ensina a refletir.

Não é o que observa apenas o que é tangível aos olhos, mas é o que vê o invisível.

Não é o que desiste facilmente, mas o que estimula sempre a começar de novo.

Um bom educador abraça quando todos rejeitam. Anima quando todos condenam.

O bom educador aplaude os que nunca subiram ao pódio.

Vibra com a coragem de disputar dos que ficaram nos últimos lugares.

Não procura o seu próprio brilho, mas faz-se pequeno para tornar os seus filhos, alunos e colegas de trabalho grandes.

Que educador daria conta desta missão?

Que Deus abençoe, e parabéns porque ainda existem bons educadores.

Muito obrigada.

O Sr. Laerte Gomes – Senhor Presidente, se me permite, eu sei que no Pequeno Expediente, mas um momento desse, um discurso desse...

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) – Com certeza, Deputado Laerte.

O Sr. Laerte Gomes – A Deputada Lúcia Tereza merece o nosso parabéns.

Amanhã, 15 de outubro é o Dia do Professor, essa classe tão injustiçada, mas sem ela não existiria sociedade não existiria nada, nem os nossos educadores. E eu gostaria em seu nome, Deputada Lúcia Tereza, a Professora, não vou dizer Deputada Lúcia Tereza, mas a Professora Lúcia Tereza, homenagear todos os professores do nosso País, mas em especial todos os professores do nosso amado Estado de Rondônia, e o seu discurso fala por todos nós e não tenho dúvida nenhuma, nós estamos muito bem representados por Vossa Excelência. Parabéns, Deputada Lúcia.

A SRA. LÚCIA TEREZA – Obrigada, Deputado. Eu realmente no começo falei que eu estou falando em nome de todos nós porque eu sei que o sentimento é esse de todos nós, de todos vocês.

O Sr. Cleiton Roque – Presidente Adelino, eu sei que o nosso Regimento não permite, mas a Deputada Lucia deveria usar o Grande Expediente, mas enfim.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) – É um caso especial, não é?

O Sr. Cleiton Roque – Mas só apartando, Deputada, parabenizar pelo discurso, pela lembrança. E nada mais justo e mais correto do que a Professora Lúcia Tereza, a Deputada Lúcia Tereza utilizasse para realmente homenagear os professores rondonienses, professores dos inúmeros municípios que temos em Rondônia, e partindo de uma pessoa que tem uma história de luta... Deputada Lúcia nós precisamos, as pessoas precisam reconhecer a importância que tem a sua experiência, enfim, como educadora e como líder política da nossa região lá. Não me lembro se foi no seu 2º, 3º mandato, no seu 1º ou 2º mandato, Deputada Lúcia... eu sou de uma

família humilde, de origem humilde e a minha irmã teve uma dificuldade de saúde e foi, na sua casa, amparada pelos seus assessores, na época do Eli, que abraçou ela e que deu toda a atenção para ela passar por aquele período de dificuldade que ela passou na vida dela. Então, essas coisas boas que são feitas para a gente, para um familiar da gente, nunca se esquece e partindo de uma pessoa humana e humilde como Vossa Excelência e como educadora. Então, parabéns pela lembrança, com toda certeza nós Deputados desta Casa nos sentimos prestigiados e alcançados pelas suas palavras na Tribuna.

Parabéns.

A SRA. LÚCIA TEREZA – Obrigada, meu querido.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) – Quero parabenizar também a Deputada Lúcia Tereza e eu me sinto orgulhoso de participar da Comissão de Educação junto com Vossa Excelência e com certeza Vossa Excelência representa muito bem a educação. Minha esposa que também é educadora e a gente vive nesse mundo e a gente vê como é pouco valorizado ainda o professor. Mas são pessoas que fazem com o coração, hoje mesmo, na Comissão, ouvindo aqueles professores trabalhando dentro do presídio e dando testemunho do trabalho que eles fazem e a importância de pessoas que estão lá no presídio e depois fazem o ENEM e fazem uma faculdade e mudam de vida. Esse testemunho que nós ouvimos hoje, isso prova do quanto é importante essa missão dessas pessoas que se dispõem em estar na sala de aula. Então, parabéns pelo seu discurso, Deputada Lúcia, e com certeza nós estamos representados nessas suas palavras, com certeza.

A SRA. LÚCIA TEREZA – Obrigada.

Só mais um lembrete, porque a gente que é mais velho, mais idoso...

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) – Mais experiente.

A SRA. LÚCIA TEREZA – Geralmente só dão conselhos, não é Deputado Cleiton, Deputado Lazinho? Então, só um conselho para nós. Será que nós estamos fazendo e vamos fazer tudo o que pudermos para melhorar a educação na sua totalidade? Vamos trabalhar juntos, nós podemos, nós queremos e os professores, os nossos filhos, nossos netos merecem uma educação onde realmente o educador está junto. Vamos fazer o que nós pudermos porque a cobrança virá, mas a cobrança pior é um conselho de quem já viveu três vezes mais que vocês, a cobrança pior é quando se está sozinho, olhar para a sua consciência, para o seu interior e dizer: eu poderia ter feito. Porque tem gente que tem tempo de recuperar, mas tem gente que não tem mais tempo. Então, vamos fazer enquanto pudermos, mais pela educação em conjunto, com todos nós aqui, os 24 Deputados.

Muito obrigado por tudo.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) – Quero também registrar a presença do Celso Adami, e o Cesar Condack, Vereadores da Câmara Municipal de Cacoal. Agradecemos as presenças dos Vereadores de Cacoal.

Encerradas as Breves Comunicações, passemos ao Grande Expediente. Com a palavra o Deputado Lazinho da Fetagro, Presidente da Comissão de Agricultura, com a palavra por até 20 minutos, com Aparte. Quero aproveitar também esse momento e pedir para que a imprensa divulgue a Audiência Pública do dia 22 do corrente, no plenarinho desta Casa, sobre o futebol profissional do Estado de Rondônia. Uma Sessão convocada, sugerida por mim Adelino Follador, Deputado Léo Moraes, Deputado Saulo Moreira e Deputado Alex Redano. Então, nós gostaríamos que os Deputados que pudessem estar presentes.

Convidamos todas as Comissões de Futebol do Estado de Rondônia para que a gente consiga fazer um plano para resgatar o futebol do Estado de Rondônia, principalmente o futebol profissional para que o ano que vem arriscar ter um campeonato com três ou quatro equipes só. Então nós precisamos estudar, já temos a confirmação do Vice-Governador que vai estar aqui para discutir.

Uma sugestão que surgiu na Audiência Pública promovida pelo Deputado Léo Moraes e nós sugerimos, naquela oportunidade, que a gente fizesse uma Audiência Pública específica sobre o profissional, o futebol profissional. Também o Presidente da Federação já confirmou a presença e nós vamos discutir e com as delegações. Então, nós estamos pedindo a todos os representantes dos clubes que tragam a situação que se encontram e também trazer propostas para que a gente discuta um plano para o futebol profissional do Estado de Rondônia.

Então, quero deixar aqui esse... pedir que a imprensa divulgue para que todas as equipes estejam presentes para que a gente consiga tomar decisões importantes.

O SR. ALEX REDANO – Que dia será, Presidente Adelino?

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) – Dia 22 de outubro, às 10 horas. Gostaríamos que todos os Deputados que pudessem, também o Deputado Airton que é um incentivador do futebol, gostaria que estivesse presente.

Com a palavra, o Deputado Lazinho da Fetagro, até 20 minutos, com Aparte.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Muito obrigado, senhor Presidente, Deputado Adelino. Quero cumprimentar Vossa Excelência e em vosso nome todos os outros Deputados presentes. Cumprimentar todos os companheiros desta Casa, que prestam serviço junto conosco aqui, o público presente, a imprensa. E dizer que depois de ouvir a Deputada Lúcia Tereza falar com relação a educação, nos anima e nos preocupa de saber a importância que é a educação para o ser humano de uma forma geral, Deputado Laerte. É a segunda vez que eu lembro, eu ainda me lembro do nome da minha primeira professora e eu tenho certeza que a grande maioria das pessoas ainda se lembram do seu primeiro ou da sua primeira professora. Marca muito e nos deixa bastante alegres em saber que hoje, no Brasil, diminuiu muito o analfabetismo. Isso tem avançado. Agora, precisamos, cada vez mais, avançar na qualidade de ensino no nosso país, de uma forma geral. Então, parabéns à Deputada Lúcia por esse pronunciamento. Mas a

minha vinda aqui hoje é para tratar de um tema não menos importante.

Essa semana, aprovado nesta Casa logo no começo desta Legislatura, a criação da Semana da Agroecologia no nosso Estado. E quando nós propusemos essa Lei, era com um único objetivo de nós podermos fazer o debate sobre os modelos de produção existentes, hoje, no campo brasileiro. A nossa agricultura tem avançado muito no que se refere à produtividade, dado ao modelo de produção que nós chamamos de agronegócio. Mas também no campo brasileiro tem, e vem cada vez mais sendo fortalecido, o modelo de produção que nós chamamos de agroecologia. Os dois modelos, de uma forma geral, eles são antagônicos, porém eles são complementares também. Antagônicos porque um modelo, a agroecologia tem na sua base principal, a vivência com o meio ambiente, a preservação do meio ambiente; uma relação de trabalho bastante social; uma distribuição de riqueza, de patrimônio, que é a terra, bastante ampla. Do outro lado é o contrário. No agronegócio você tem a concentração de terra, se tem um tratamento bastante irresponsável, em grandes partes com relação ao meio ambiente, tem uma relação de trabalho, ainda em muitos locais do Brasil, bastante escravocrata e esses são os antagonismos dos dois modelos. E no que eles se complementam? Complementam-se principalmente, na produção de alimentos. Um produz alimentos e gera divisas externas, e é importante para o Brasil, e o outro produz alimentos que vai à mesa do povo brasileiro de uma forma em geral. Setenta e sete por cento do alimento produzido no Brasil, hoje vêm da agricultura familiar e a agroecologia está ligada principalmente à agricultura familiar, não deixando de dizer que hoje já tem grandes produtores de leite, produtores de café, produtores de suínos, usando a metodologia, usando o modelo de produção da agroecologia. Eu tenho dito isso aqui, porque no Estado de Rondônia o avanço, o avanço descontrolado do agronegócio já começa a prejudicar, em muitas regiões do Estado, a agricultura familiar. Quando você concentra a terra, você expulsa, você tira as famílias que estão no campo para vir à cidade caçar emprego. Quando você fortalece somente o agronegócio, como tem acontecido muito em nosso Estado, você valoriza mais as empresas internacionais na produção de máquinas, de insumos de uma forma em geral. Nós precisamos em Rondônia, achar o meio termo. Nós precisamos ter condições de, 'zonealmente' conseguir manter a agricultura familiar e manter a produção agroecológica. Manter a produção agroecológica é se ter famílias vivendo, cada vez mais, em condições dignas no campo. É você fortalecer tanto a pequena quanto a grande propriedade, mas num modelo de produção que tenha o meio ambiente como ponto básico de partida, para produzir. É muito comum se analisar os Estados do Sul e Sudeste, aonde, por exemplo, a região onde eu morava no Paraná, em que a partir do momento em que não se teve uma política de fortalecimento da agricultura familiar, que na época nem era chamada de agricultura familiar, as terras se concentraram e hoje, naquelas pequenas cidades, naqueles pequenos aglomerados de famílias, o que sobrou foi empregado rural para poder trabalhar nas grandes áreas de produção. Aqui no Estado, tem região onde a produção de mel, a apicultura, já está se extinguindo, justamente por causa da forma de utilização de defensivos agrícolas ou o que nós

chamamos, o que eu chamo, de agrotóxico. Nós precisamos discutir nesta Casa e neste Estado, Deputado Adelino, se passar veneno de avião, é salutar ou não, para os dois modelos de produção. Nós já temos região do Estado onde o veneno está sendo esparramado por várias outras propriedades e aquela produção já não permite mais. A mesma forma quando nós tratamos, no agronegócio, das sementes geneticamente modificadas. Onde você planta semente geneticamente modificada, ao seu redor, a semente convencional deixa de produzir, ela também é transformada porque a inseminação, a polinização se mistura. E você vai acabando com aquilo que é de mais importância, que é a soberania sobre a produção de semente no Brasil. Hoje, a produção de sementes no mundo está na mão de 06 empresas. E o Brasil, hoje, principalmente ou exclusivamente, no agronegócio, depende essencialmente dessas sementes produzidas por essas empresas, que não são empresas nacionais. Ou seja, nós dependemos da produção de sementes de empresas lá dos Estados Unidos, lá da Europa, de uma forma geral. Então, que soberania a produção brasileira vai ter se a semente que nós mais utilizamos nesse setor não é semente brasileira? Então, nós precisamos discutir formas de que o Estado de Rondônia possa ter agricultura familiar, ter agroecologia bastante implantada e forte e ter também a produção de exportação. Nós não somos, nós não achamos que tem que acabar com o agronegócio brasileiro. Agora, nós não podemos admitir que aconteça no Estado de Rondônia o que aconteceu em outros Estados, onde acabaram com a produção familiar, com a agroecologia de uma forma geral, e fez com que as famílias que viviam lá viessem para o Estado de Rondônia, na minha visão, expulsas de um modelo que não olha e não preza pelo bem social, preza somente pelo bem econômico.

O Sr. Alex Redano - Deputado, um Aparte?

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Concedo a Aparte a Vossa Excelência, Deputado Alex.

O Sr. Alex Redano – Deputado Lazinho, venho parabenizá-lo pelo seu pronunciamento e dizer a Vossa Excelência que fui procurado, Deputado, pelo pessoal dos assentamentos próximo a Ariquemes, em especial pela liderança do MST, a minha amiga Zonália. E uma das propostas é que na Assembleia Legislativa, nós fizéssemos uma Audiência Pública a respeito da produção orgânica. Já convidei Vossa Excelência e convido agora de público, para nós fazermos juntos essa Audiência Pública que é tão importante para o nosso Estado. E eu tenho certeza, Deputado Lazinho, que eu tenho contato somente na região de Ariquemes, mas Vossa Excelência é uma grande liderança em todo o Estado e eu tenho certeza que essa Audiência será um grande sucesso. E parabeno mais uma vez na luta em favor ao homem do campo. Parabéns, Deputado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Já pode contar conosco. Nós estamos à disposição para abrir esse debate. Nós precisamos, eu volto a repetir, nós precisamos fazer esse debate aqui com muita responsabilidade, porque depois vão querer esparramar que nós estamos querendo acabar com o agronegócio,

querendo acabar com a produção de soja e não é isso. Nós não precisamos fazer isso. O que nós temos é que analisar porque nós temos muitos assentamentos e nesses assentamentos vivem famílias e, por exemplo, um avião passando por cima dessas casas, não vai permanecer lá. Então, precisamos fazer realmente esse debate com bastante clareza, com bastante responsabilidade, sabendo que... Nessa semana, só para vocês terem um exemplo, nós aprovamos aqui a Semana da Agroecologia. A Secretaria de Estado de Agricultura tem um Departamento, uma Diretoria de Agroecologia, tentou fazer um seminário, esta semana, sobre a agroecologia para enfatizar e abrir o debate e não conseguiu recurso dentro da Secretaria para poder fazer o seminário. E nós fazemos diversas e diversas feiras agropecuárias para vender maquinários. Eu não estou dizendo que eu sou contra, e quando queremos abrir o debate para discutir outro modelo, não encontramos esse apoio. Até a semana passada esperando uma mixaria de recurso do MDA porque na Secretaria de Estado não tinha esse recurso. Teve que tentar esse recurso de fora. Então, quando falamos que o modelo de produção que nós temos hoje pode perfeitamente viver e conviver as duas realidades, é porque existe essa possibilidade. Nós não temos lugar no Brasil para colocar mais o povo que vive no campo, na cidade a mesma coisa, e a agroecologia permite a vivência com a família, a produção de alimento saudável, isso é o mais importante. Nós não sabemos o que estamos comendo hoje, aqui até eu quero lembrar uma frase da atual Ministra, que ela foi muito infeliz quando disse que tem que produzir alimentos com veneno, Deputado Adelino. Ela disse isso e eu tenho gravado inclusive, porque o alimento com veneno é mais barato, e pobre não consegue comprar alimento orgânico.

A Sra. Lúcia Tereza – Uma parte, nobre Deputado?

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Pois não, Deputada.

A Sra. Lúcia Tereza – Quem falou isso?

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – A Ministra, a atual Ministra hoje, Kátia Abreu. Ela disse isso num encontro com os movimentos sociais, em Brasília.

A Sra. Lúcia Tereza – Excelência, um Aparte, por gentileza?

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Pois não, Deputada.

A Sra. Lúcia Tereza – Gostaria de pedir a Vossa Excelência, como sempre os seus temas, além de profundos são atuais e necessários. Eu vejo que o senhor sabe discutir com a maior propriedade, por isso, eu quero ainda continuar aprendendo. Eu não entendi, porque eu luto muito para facilitar a vida do pequeno agricultor, daqueles que têm suas terras no meio das pedras, em lugares com desníveis muito grandes, com morros muito altos e para plantar é muita dificuldade.

Por isso eu sou uma grande incentivadora de facilitar, porque é duro você ficar na roça, ainda, com enxada, fazendo buracos para fazer cerca e outras coisas. Então, eu sou uma grande incentivadora de maquinário, de implementos para facilitar. Eu não entendi o que Vossa Excelência falou de máquinas. Eu gostaria... não que o senhor seja contra os maquinários, por gentileza, e peço desculpas porque eu não entendi.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Posso explicar direitinho, Deputada. Veja bem, a agroecologia também precisa de tecnologia. Eu também não sou a favor de pegar no cabo da enxada mais não. O pequeno agricultor também precisa da máquina, também precisa do trator. Agora veja bem, antes de ter a máquina e ter o trator, tem que ter assistência técnica e a tecnologia, porque no nosso solo hoje, do jeito que nós estamos esparramando maquinários neste Estado, e às vezes até alguns produtores vão dizer que eu não quero máquina, nós vamos acabar com o solo que nós temos aqui. Nós não temos o solo do Paraná, nem o solo do Estado de São Paulo. Tem que ter máquinas, cabo de enxada, eu sei o que é, eu sei e muita gente aqui sabe o que é cabo de enxada ou cabo de cavadeira para fazer cerca. Se você tem um trator que pode fazer o buraco para colocar o palanque, para que fazer na mão? Se você tem um micro trator ou um trator, uma capineira para poder fazer, preparar o solo, por que tem que ser no enxadão? De forma nenhuma. O que eu tenho dito, e o que eu quero dizer é que você pode utilizar os dois modelos de produção dentro do mesmo Estado, como a senhora disse, tem região no nosso Estado que não entra trator. Tem região no nosso Estado que é mais propícia para a agricultura familiar e para a produção orgânica. O que não tem é o incentivo e o fortalecimento, nesse setor, que precisa ter. Eu não estou dizendo que lá em Vilhena, vai ter que parar de plantar soja, muito pelo contrário, tem que expandir a plantação. Agora, o que eu estou dizendo é que dá para fazer uma coisa e outra quando uma não prejudica a outra. Quando você solta um avião, passando veneno em cima de uma propriedade que é plantio de soja e em volta dela tem a produção de milho convencional da agricultura familiar, você vai destruir o que está plantado, que foi utilizado máquinas e foi utilizado veneno. Então, precisamos discutir uma forma de regionalizar a produção no nosso Estado, onde a gente possa manter a produção de alimentos orgânicos, quem quiser, convencional, quem quiser, mas que uma não acabe com a outra, porque dá para ser feito isso no nosso Estado. De forma nenhuma a matraca para plantar milho, como eu já utilizei muito, e muitos aqui já utilizaram, está ultrapassada. Nós podemos plantar o milho orgânico também com o trator, com a máquina. Nós podemos utilizar, e é por isso que nós pedimos que o Estado tem que ter o seu próprio banco de semente, utilizar a semente convencional. 'Ah não, é pela produtividade'. A produtividade se dá no meio de plantio, não é só na semente, é no meio de plantio, é na forma de plantar. Então, nós podemos ter muito bem um trator fazendo o plantio na agricultura familiar, um trator fazendo um plantio orgânico, uma criação de gado orgânica. Eu tenho conhecidos e amigos meus, e eu já disse aqui, que não usa remédio para carrapato, não usa remédio a não ser a vacina. Eu já tenho, já tem experiência no Estado...temos que nos livrar, temos que procurar se livrar do que vem de fora para dentro do nosso Estado. Porque quando nós estamos comprando insumos de fora, nós estamos mandando dinheiro para fora daqui. Quando nós estamos comprando sementes... a semente no mundo, hoje, são seis empresas no mundo que produzem semente. Nós estamos acabando com a nossa liberdade de produção. O dia que essas empresas falarem, 'não mando mais semente para o Brasil', como é que vai ficar? 'Ah não, mas isso não vai acontecer,

Deputado'. Eu não sei. Eu não sei. Ah, não, a Ford, a New Holland, não vai mais mandar trator para o Brasil. 'Ah, mas não é viável para eles', não é viável, agora. Então, a gente tem que buscar essa independência produtiva. Nós não temos independência produtiva num modelo convencional, ele é totalmente dependente. Então, eu quero, para encerrar, dizer que é importante a gente debater aqui quais as ações que esta Casa e o Governo precisa fazer para manter os dois modelos de produção. É isso que a gente precisa ter e tem condições. Nós vivemos num Estado muito grande. Rondônia é um Estado abençoado por Deus, um povo trabalhador, uma terra boa, fértil. O que não pode é a gente ver, igual eu estou vendo lá em Corumbiara, os aviões, Deputado Adelino, Deputado Airton, passando veneno em cima das pequenas propriedades de assentamento feito pela Reforma Agrária, em cima da escola, como aconteceu em Lucas do Rio Verde, em um levantamento. Um estudo de laboratório de pesquisa lá em Lucas do Rio Verde, no Mato Grosso, pegou 500 mães que moram em Lucas do Rio Verde e fizeram um levantamento, um estudo do leite materno e todas elas estavam com concentração excessiva de agrotóxico no leite. Então, eu acho que podemos tentar conviver dessa forma, sem o uso de veneno nas plantações. É possível. A agroecologia é saudável, ela é importante.

Nós precisamos descobrir, é muito importante trazer o Hospital do Câncer para Rondônia, é muito importante, é o primeiro da Amazônia. Mas por que não vamos começar debatendo de onde é que está vindo tanto câncer em Rondônia? no Brasil?

O Sr. Cleiton Roque – Concede-me um Aparte, Deputado Lazinho?

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Pois não, Deputado.

O Sr. Cleiton Roque – Eu quero te parabenizar pelas palavras que está sendo dita na Sessão de hoje, até porque o Deputado Lazinho é um dos Deputados, é lógico que tem outros Deputados que têm também ramificações, raízes com agricultura, agricultura familiar, como o Deputado Adelino, enfim. Mas Vossa Excelência, sem sombra de dúvida, é o que mais está ligado à agricultura familiar, e é onde está concentrado o maior número de produtos orgânicos. Esse é um dos grandes desafios desta Casa, Deputado Lazinho. Eu não tenho dúvida de que uma parte significativa desses números de pacientes CA que nós temos no nosso Estado, inclusive sendo maior que em outras regiões do País, se deve ao uso excessivo de agrotóxico.

Eu diria que uma das ações que a Assembleia, o Governo do Estado poderia fazer para incentivar os produtos orgânicos, enfim, é também incentivar a pesquisa para aumentar a produção desses produtos. O Senhor tem conhecimento juntamente conosco, de um trabalho que é desenvolvido pelo IFRO de Colorado do Oeste.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Conheço.

O Sr. Cleiton Roque – É feito um grande trabalho pelos profissionais, pelos técnicos daquele Instituto para desenvolver pesquisa que incentive a produção de produtos orgânicos,

aumentando a produção sem utilização de agrotóxicos. Só que eu vejo muito distante, Deputada Lúcia, esses projetos nesses Institutos que têm por obrigação e é uma das vocações deles disseminar o conhecimento. E nós temos professores do IFRO de Colorado que já estão fazendo doutorado na área, já são mestres, já tem domínio, nós conhecemos vários no IFRO de Colorado. Então, esses IFROS podem ser melhores utilizados.

Em Pimenta Bueno, o Governo do Estado desenvolve um grande projeto, que é o Instituto Abaitará.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Conheço.

O Sr. Cleiton Roque – Grande projeto, já deve agora no final desse ano...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Produção agroecológica.

O Sr. Cleiton Roque – Produção agroecológica. Nós formando técnicos voltados à agroecologia, daqui a pouco... E hoje nós temos condições, Deputado Lazinho, no corpo técnico hoje da SEDUC, nós já temos profissionais lá, Deputada Lúcia, que podem perfeitamente iniciar um curso de ensino superior na rede pública estadual. Não precisava, era um arranjo, não é uma coisa, um bicho de 7 cabeças para fazer não...

A Sra. Lúcia Tereza – Um Aparte, nobre Deputado? Veio a calhar, e seria Deputado Lazinho...

O Sr. Cleiton Roque – O Deputado Lazinho e eu vamos conceder um Aparte a Vossa Excelência.

A Sra. Lúcia Tereza – Mas na verdade é tão emocionante, porque a educação, veja bem o que o Deputado Cleiton está falando, Deputado Lazinho. E nós persistimos porque em 1994, aprovamos a Faculdade do Estado de Rondônia. Eu sei que o Estado tem que fazer do pré até o ensino médio bem feito e não estamos dando conta, eu sei. Mas seria o pontapé inicial de começar por aí, porque ela é de nível superior, é profissionalizante. Pelo menos isso nós deveríamos, o Estado devia acampar com uma Faculdade do Estado de Rondônia, começar por aí onde o Deputado Cleiton está trabalhando. Seria magnífico e seria de grande valia, seria trabalhar para nós, para melhorar para nós. Então, eu quero dar os parabéns e dizer que poderá ser feito, sim.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Obrigado, Deputada.

O Sr. Cleiton Roque – Deputado Lazinho, só para eu concluir. Deputada Lúcia, em Pimenta Bueno, eu vou citar um exemplo, nós já temos mestres, inclusive é incentivado, formado até por programas do próprio Governo do Estado, da SEDUC que às vezes estão ociosos. É verdade, eles têm hoje condição de contribuir muito nessa área. Já está se formando a primeira turma no final do ano, que pode ser distribuída nos principais grotões do nosso Estado, onde nós temos uma condição de aumentar a produção significativamente. Aquela região de Colorado, Deputado Lazinho, aquela região de Corumbiara que Vossa Excelência citou em seu discurso, eu conheço muito bem, é a região de Vossa Excelência. O potencial daquela região é

muito grande. Hoje nós temos os maiores assentamentos do Estado de Rondônia sendo implantados lá, são mais de 700 famílias já assentadas com o encaminhamento do INCRA de mais 300 famílias, ultrapassando o número mil famílias assentadas no município de Corumbiara e Chupunguaia. Então, tem condições de pequenas propriedades, Deputada Lúcia, onde o produtor recebe o seu oito alqueires de terra ali, dá para tirar o sustento tranquilamente de sua família, e tendo esse incentivo da maneira que Vossa Excelência está colocando na Tribuna desta Casa, com muita propriedade que é de seu conhecimento, e dos Deputados aqui desta Casa, mais capacitada e mais qualificada nessa área.

Agradeço o Aparte.

Muito obrigado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Obrigado, Deputado.

Deputado Adelino, só para concluir. O público que está aqui presente, procura no mercado, onde tiver selo, estou dizendo com selo orgânico, pode comprar o alimento. Compra alface e depois vai a um outro local e compra alface convencional. Experimenta. Eu duvido que o Deputado Adelino compre carne de boi, engordado. Como é que fala lá?

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Confinado.

O SR. LAERTE GOMES – Confinado. Eu duvido. Eu duvido que quem cria boi a pasto aqui em Rondônia, compre. Ele mata e ele come do que é dele. Porque a diferença de gosto é enorme.

Quem come carne em Rondônia, quem come carne em Rondônia e come carne lá em São Paulo, lá fora, percebe que a diferença é enorme. Então, nós estamos falando de alimentos.

Eu não acredito, Deputado Adelino, que um pinto com trinta dias, até dois quilos ele é saudável. Eu não acredito. Então, a gente precisa pensar, porque nós estamos morrendo.

E a produção agroecológica já tem, o que precisa é incentivo.

Agradeço, nobre Deputado.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) – Quero parabenizar o Deputado Lazinho pelo seu pronunciamento.

Com certeza precisa equilíbrio, precisamos usar o menos possível de agrotóxico, e nós temos que fazer um trabalho em cima disso, porque com certeza os impactos ambientais existem e temos que procurar evitar. Embora não consigamos evitar 100%, mas temos que lutar para evitar o máximo para fazer um trabalho equilibrado. Não pode ter exageros, mas com certeza o seu pronunciamento, debate que houve aqui hoje sobre essa matéria foi muito importante. Eu quero aqui, Deputado Laerte, também, parece que saiu de novo.

Então, vamos chamar a Professora Lúcia Tereza, que também já quer fazer uso da Tribuna por 20 minutos com Apartes, mais uma vez. Depois sou eu, então.

A SRA. LÚCIA TEREZA – Senhor Presidente, senhores Deputados, imprensa, plateia, público aqui presente. Amanhã é um dia para nós, principalmente da região, da nossa Zona da Mata, de Ji-Paraná, até Vilhena, é um dia de conquista. E por menor que seja a conquista a gente se emociona porque sabe que valeu a pena.

Então, eu vim aqui hoje para comunicar a todos que amanhã vai ser a instalação de 09 UTIs Pediátricas em Cacoal. E vou dizer para vocês é salvar de fato, as vidas dos recém-nascidos com uma UTI neonatal. Muitas vezes eu nunca vi a incidência tão grande de crianças, além de prematuras, sem amadurecimento do pulmão e têm sofrido muito porque a falta de Pediatra, a falta de médicos especializados, de equipamentos para salvar vidas é muito difícil até agora. Com certeza essas 09 UTIs vão, com certeza, vão salvar vidas e dar condições para que as crianças que nascem com problemas, principalmente as prematuras, ou com crianças que nascem com problemas cardíacos, pulmonares, a chance de sobrevivência é de 99%, quando nos primeiros minutos de nascimento recebem o tratamento de UTI Pediátrica. E dizer do esforço, que deve ter sido muito grande da pasta da Saúde, aqui na pessoa... eu tenho que falar do Doutor Pimentel e do Doutor Maiorquim que é um ser humano de um bom coração, a gente sente isso, por conseguir contratar Pediatras, porque faltam, no Brasil, Pediatras e em Rondônia muito mais. Vocês imaginem o quanto foi a persistência, o foco dessa Secretaria para se contratar Pediatras, equipamentos e não conseguia. Acompanhamos há meses, há quase um ano essa instalação das UTIs. Eu sei que até o Ministério Público exigiu que se fizesse, mas a falta de profissional no Brasil fez com que demorasse tanto, mas em tempo... E sexta-feira, às 09 horas, no Hospital Regional, vai ter a inauguração dessas 09 UTIs. Deus ajude que ela demore para ser ocupada por recém-nascidos, mas se caso for a necessidade... nós daquela região tão longe de Porto Velho para chegar criança numa ambulância, muitas vezes sucateada, andar 600, 700 quilômetros para chegar aqui no Cosme e Damião era muito difícil. Só Deus que estava na causa e no comando e vai continuar estando porque primeiramente, Ele, obviamente que vai dar oportunidade para essas UTIs e profissionais tentar salvar vidas dessas crianças.

O Sr. Airton Gurgacz – Permita-me um Aparte, Deputada?

A SRA. LÚCIA TEREZA – Esteja à vontade, Deputado.

O Sr. Airton Gurgacz – Olha, nós fazemos parte da Comissão da Criança, do Adolescente, da Juventude e do Idoso.

Semana passada chegou para nós um questionamento do Ministério Público sobre a questão, por exemplo, nós não temos médicos Pediatras que cuidam do coração ou que podem fazer cirurgias cardíacas.

Também temos problemas neurológicos, mas estamos resolvendo. Eu tive com o Secretário Pimentel, porque eu preciso dar resposta também através da nossa Comissão, e ele nos mostrou que fazem concurso, Deputado Adelino, Deputado Aécio, eles fazem concurso para Pediatra que possa fazer cirurgias cardíacas aqui em nosso Estado e não aparece nenhum médico. Então, Vossa Excelência vê a dificuldade que o nosso Estado atravessa. Hoje, nós temos na fila para mandar via, tem 14 hospitais no Brasil que estão prontos para receber as nossas crianças para fazer essa cirurgia. Mas o tempo que se leva até chegar a Pernambuco, Curitiba, São Paulo e outros Estados, Goiânia... muitas vezes pode não dá tempo e a criança venha a perder a vida, não é?

A SRA. LÚCIA TEREZA – Quantas...

O Sr. Airton Gurgacz – Então, eu fico assim feliz por essa grande conquista de Cacoal e região porque as crianças também não teriam tempo de chegar aqui na nossa capital, onde também nós não temos, tem UTI Pediátrica, mas nós não temos o profissional que possa fazer cirurgia no seu coraçõzinho que dizem que é tão pequenininho, não é? Então, tem que levar para fora. E têm 24 crianças, segundo o Secretário Pimentel, na fila, para ir para fora do nosso Estado, eles estão conseguindo via...

A SRA. LÚCIA TEREZA – TFD.

O Sr. Airton Gurgacz – TFD, SUS, para que possa fazer a cirurgia. Inclusive, o Pequeno Príncipe em Curitiba, a Beneficência Portuguesa, e outros hospitais, deu vários nomes dos hospitais... Mas vemos a dificuldade de contratar profissionais aqui para a nossa região. Eles fazem concurso, abrem concurso e não aparece ninguém. Então, até mandou cópia para nós e eu vou fazer essa defesa porque ele me disse... para o Ministério Público, contar a verdade porque a nossa Comissão também precisa agir, está fiscalizando e vendo essas coisas. Mas é muito triste não conseguirmos ter médicos aqui, pessoas que queiram vir participar dos nossos concursos e trabalhar conosco.

Muito obrigado pelo Aparte.

A SRA. LÚCIA TEREZA – Eu que agradeço, Deputado.

O Sr. Cleiton Roque – Conceda-me um Aparte, Deputada Lúcia?

A SRA. LÚCIA TEREZA – Concedo.

O Sr. Cleiton Roque – Em primeiro lugar quero parabenizar Vossa Excelência pela lembrança, que além da educação, tem um grande trabalho prestado na área da Saúde, também.

A inauguração vai ser na sexta-feira às 09 horas.

A SRA. LÚCIA TEREZA – Sexta-feira, às 09 horas. Todos estão convidados.

O Sr. Cleiton Roque – Deputada Lúcia, eu quero também parabenizar o Secretário Pimentel e o Maiorquim. Faço minhas as suas palavras com relação à dedicação, o comprometimento daquela equipe aqui da SESAU que está implantando lá na região nossa, no Município de Cacoal, para atender toda a parte central e a Região Sul do Estado de Rondônia.

Deputada Lúcia, em 2008, eu perdi um filho...

A SRA. LÚCIA TEREZA – Eu sei.

O Sr. Cleiton Roque – Perdi um filho pela falta de uma UTI Neonatal. Então, nós sabemos a dor que é, como nos sentirmos impotente vendo a vida de um filho sair de suas mãos e não podermos fazer nada. Eu consegui socorrer, chegando até Ariquemes, ele chegou, mas meu filho, quando chegou em Ariquemes, ele já estava parecendo um queijinho, da cor dessa blusa branca de Vossa Excelência, Deputada. Isso nunca vai sair da minha memória. E vendo hoje, nós tendo a possibilidade

de evitar que outras famílias passem pelo que a minha, eu e minha esposa passamos. Ele nasceu no dia 06 de novembro de 2008 e faleceu no dia 16 de novembro de 2008. E era um menino lindo, era a cosia mais linda, enfim, mas Deus sabe todas as coisas.

E hoje vendo a oportunidade que o Estado dá de termos lá na nossa região, leitos de UTI Neonatal, é a certeza de que outras pessoas não passarão por aquilo que já passamos e sofremos na pele. Então, eu parabenizo Vossa Excelência, tem uma sensibilidade sem igual, é uma pessoa humana e batalhou muito para que essa situação fosse concretizada como vai ser na sexta-feira.

Muito obrigado.

A SRA. LÚCIA TEREZA – Deputado, nós nos sensibilizamos, e eu fico imaginando, a gente não sente, porque a dor e a alegria são muito individuais, Deus só faz tudo certinho, fez tudo certo. Mas eu imagino Vossa Excelência e sua esposa o que passaram se sentindo impotentes, não é? E eu vou dizer para Vossa Excelência, é como o professor desvalorizado, o médico Pediatra é médico da mãe, do pai, da avó e do avô, quando a família é unida. Então, é muito difícil um profissional, um médico seguir a carreira de Pediatra e cada vez vai ficando menos, mais concorrido, porque... e menos profissionais vão se formar nisso, por quê? Porque é muito desvalorizado. Acho que é médico só de dor de barriga e icterícia. Então, eu imagino o que o senhor passou e agora o senhor imagina, quantos passam... Uma UTI, Excelência, fica sessenta, setenta, oitenta mil, uma UTI no ar. O intercâmbio, sabemos da dificuldade para se conseguir em Goiânia, em Santa Catarina, no Rio Grande do Sul, no Paraná, em Minas Gerais, porque a Saúde no Brasil sabemos como está. Então, essa equipe da Saúde aqui, ela tem trabalhado, ela tem conseguido muitos avanços. Muitas crianças como disse o Deputado, nós temos 24, mas muitas já foram e quase 90% já voltaram cirurgiadas e estão bem e têm retorno tudo pelo SUS. Essa equipe, na Secretaria, no comando do Pimentel e do Maiorquim, nós temos que valorizar. Eu digo sempre que nada começa do meio para o fim. Obviamente que aquele hospital foi construído em outro Governo, agora esse Governo que está aí, se Deus quiser, e Deus há de querer, no prazo máximo de um ano, vão funcionar todos os hospitais regionais, facilitando a vida e dando condição de sobrevivência a muitos. Quero dizer que essas UTIs, espero que elas possam receber as crianças recém-nascidas, neonatais, no dia que nascem, porque se for, como me falaram iria ser só para depois de cinco dias de nascida, mas eu não acredito nisso, eu quero acreditar que assim que a criança nascer com problema, ela possa conseguir a UTI. E também aqui parabenizar o senhor Secretário, na conquista do quadro de médicos pediátricos lá para aquela, lá para o Hospital Regional. Parabéns. Que Deus abençoe a todos. Que Deus abençoe a equipe, e agradeço ao senhor Governador que deu condições para que fossem instaladas essas nove UTIs no Hospital Regional de Cacoal.

(Às 10 horas e 30 minutos o senhor Adelino Follador passa a Presidência ao senhor Cleiton Roque)

O SR. CLEITON ROQUE (Presidente) – Obrigado, Deputada Lúcia Tereza.

Cumprimento e agradeço a presença do Prefeito da Cidade de Pimenta Bueno, Jean Mendonça, nosso amigo, companheiro do nosso município; cumprimento o Senhor Secretário Júlio Olivar, Secretário Estadual de Turismo. Agradeço pela presença.

Neste momento, franqueamos a palavra ao Deputado Adelino Follador, pelo espaço de tempo de vinte minutos, com direito a Apartes.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Senhor Presidente, senhores Deputados aqui presentes, também a imprensa, público presente, aproveitando também o Júlio Olivar, que é nosso representante do Turismo no Estado de Rondônia, para... Eu recebi uma reivindicação e nós estamos estudando aqui a questão dos búfalos que estão ficando muito caros para o Estado abater. Eu queria, até eu fiz, a Associação dos... O pessoal que mexe com tiro aqui, o pessoal que mexe com caça está sugerindo que a gente faça um turismo de caça desses búfalos, e ver, não é, Deputado Aécio da TV? se em vez da gente investir tanto dinheiro para abater, que seja aberto um procedimento para que a gente consiga trazer o turismo da caça, porque mundialmente se diz que para matar um bicho estão pagando até cem mil dólares. Quem sabe trazer, provocar uma licitação internacional, para que, eu não sei a legalidade disso, quanto poderia ser feito, mas poderíamos fazer uma pesquisa, já que o custo é quase, Deputado Laerte, impossível pagar para poder eliminar, para poder controlar melhor esses búfalos, na região do Vale do Guaporé. Mas, Júlio, se você puder fazer uma pesquisa, ver se tem algum fundamento em cima disso, que tecnicamente, vejamos se há possibilidade, eu achei a ideia importante. Nós pesquisamos em outros países, que existe essa caça legalizada, um controle.

O Sr. Laerte Gomes – Um Aparte, Deputado Adelino?

O SR. ADELINO FOLLADOR - Deputado Laerte.

O Sr. Laerte Gomes – Senhor Deputado, Deputado Adelino, ontem nós discutimos isso lá na CCJ, e é o pensamento nosso, até porque essa situação se encontra lá no Vale do Guaporé. E nós temos que aproveitar, eu dizia isso ontem, aproveitar para fomentar a região. Nós temos o Município de Costa Marques, aonde essas fazendas se encontram, um município hoje com uma área de reserva ambiental muito grande. É um município que passa por um momento muito difícil e uma saída rápida para resolver isso é o turismo. Nós temos lá o turismo de pesca, o turismo ecológico, e uma nova situação que Vossa Excelência está colocando aí, não é? Nós temos um aeroporto lá, bem estruturado em Costa Marques, nós podemos usar essa situação dos búfalos para divulgar a nossa região, as riquezas da nossa região, trazer pessoas de fora. Com certeza essa iniciativa irá aquecer a economia, vai dar uma nova oportunidade a esse município que foi pioneiro em Rondônia, que é o Município de Costa Marques. Está até o nosso Secretário de Turismo aqui, Júlio, o qual eu quero cumprimentar. Júlio, eu acho que é uma oportunidade que nós temos, de fazer, não sei nem como é o nome específico, calça turística de abate dos búfalos. Eu acho que a ideia é válida. Vossa Excelência está de parabéns, a ideia é válida. Nós podemos proporcionar àquela região, através disso, mais uma fonte de renda ao povo que ali reside.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Como esse projeto vai agora para a Comissão para ser discutido, a gente convida o senhor para trazer, para discutir tecnicamente o que é possível fazer, em função do alto custo do Estado fazer isso tecnicamente, é quase impossível. Eu quero também... ontem eu citei lá em poucas palavras, a questão da 319. Mas assistindo uma reportagem hoje cedo, na TV Globo, nós vimos mais uma vez o Ministério Público Federal exigindo que o Estado de Roraima, é uma rodovia federal, mas que o Estado assinou um TAC obrigando ela asfaltar uma estrada que dá acesso dentro da área indígena. Uma situação difícil de entender. Eu entendo toda a questão de preservação de meio ambiente. Agora, como é que o Estado de Roraima, o Ministério Público Federal, exige que abra uma estrada dentro da área indígena, onde há poucas pessoas? Eu acho que precisa mesmo para eles terem acesso àquela área, mas por que proíbe a 319 de concluir esse trecho que falta só a recuperação de 80 quilômetros? E multou a empresa em sete milhões e meio de reais e ela tinha uma licença ambiental do Estado do Amazonas e o IBAMA multou e mandou paralisar as obras. Dia 26, eu quero até agradecer o Senador Acir que me mandou o convite, e gostaria que o máximo de Deputados fosse nessa caravana, para ver, conhecer *in loco*, Deputado Léo Moraes, eu acho que é muito importante para a gente defender mais ainda a necessidade de abrir essa 319. Essa BR já existe, eu andei de ônibus muitos anos, nos anos de 1980, 1977, 1978, 1979, 1980, 1981, 1982 até 1985 eu andei de ônibus para Manaus e Porto Velho, a estrada existia. Então, se fosse para ter impacto ambiental, seria na época. Então, eu quero deixar aqui a minha indignação da diferença do IBAMA em prejudicar Rondônia, Manaus, e prejudicar o Brasil, porque Manaus tem direito de ficar ligado ao resto do mundo e ligado com o Brasil. E há uma política e a gente sabe que existe um cartel muito grande, um cartel em cima da questão das balsas. Eu já fiz essa denúncia e volto a frisar, existem interesses, existem também políticos envolvidos nisso. É muito fácil, porque com o dinheiro que aquelas balsas arrecadam diariamente... manter essa pressão e também questionar com denúncias vazias junto ao Ministério Público, junto ao IBAMA. E o IBAMA dar atenção, não pesar o quanto é importante para baixar o custo de vida de Manaus, o quanto é importante para Rondônia, nós produzimos o peixe, o hortifrutigranjeiro e transportar para Manaus, sair à noite daqui e de manhã cedo estar em Manaus, onde têm 03 milhões de pessoas que precisam se alimentar. Então, Rondônia precisa dessa BR. Eu, quando fui Prefeito, nós tínhamos 13 produtores que produziam, lá em Cacaúlândia, pimentão e tomate e levava de barco para Manaus, e precisa ver que sucesso. Só que começou a estragar muito, aí teve problema com a balsa, o pessoal saiu daqui e foi lá para Iranduba produzir para vender em Manaus. Teve um proprietário, amigo nosso, que começou em Cacaúlândia, chegou a ter 150 galpões de cheiro verde e tomate e outras verduras lá em Manaus, pimentão. Ele também falou para mi, 'eu volto a produzir em Rondônia. Se abrir a 319 eu volto a produzir em Rondônia porque o custo de produção, para produzir aqui é muito caro, nós buscamos o esterco de galinha em Roraima', porque não tem, para combater a acidez, porque aquela terra tem que ter esterco na quantidade certa, tem que ter uma quantidade, tem uma composição que eles fazem e estão buscando em outro Estado.

Então, o custo de produção é muito alto. A partir do momento que essa 319 tiver condições, todo mundo produz aqui, vem de Manaus.

O Sr. Léo Moraes – Deputado, me permite um Aparte?

O SR. ADELINO FOLLADOR – Pois não, Deputado Léo.

O Sr. Léo Moraes – Deputado Adelino, gostaria de parabenizar a sua fala e principalmente a sua preocupação. Eu não canso de dizer que o senhor está sempre atento às questões de Porto Velho e também das adjacências, ainda que o senhor tenha o reduto eleitoral no Vale do Jamari. Eu parabeno o senhor também por essa preocupação com a BR 319. Durante a Audiência que nós tivemos aqui, avisei e até comentei com os Deputados do Estado do Amazonas, que há mais de vinte anos, eu vou pelo menos uma vez por mês para aquela região, quase chego a ter... na realidade fica a cerca de 100 quilômetros do Município de Humaitá. E o senhor está coberto de razão, se nós queremos produtividade, se nós queremos desenvolvimento, o esteio de tudo isso nada mais é do que as nossas vias, do que as nossas estradas, do que os nossos rios, para que nós possamos tirar de uma região hoje inóspita, remota e isolada infelizmente, apesar de ser uma região rica, que é Manaus e nós ganharemos muito, e certamente dos dois lados, nós teremos vantagens. Nós mandaremos toda nossa produção, grande parte da de Porto Velho, produção agrícola também, a nossa pecuária, o boi, o peixe para Manaus que é um fortíssimo consumidor de tudo isso. Também conseguiremos fomentar o turismo dos dois lados e daremos o direito de todos eles dialogarem e se comunicarem com o país e com todo o mundo. Então, logicamente, eu acho que nós temos que cada vez mais, Deputado Adelino, fomentar e fortalecer esse movimento em prol da BR 319. Eu não tenho dúvidas que oportunistas de plantão, organismos ambientais, pseudo defensores dos indígenas, dos quilombolas e de outras minorias, se perfazem dessa luta para adquirirem o interesse pessoal e alcançarem o sucesso das suas demandas que muitas vezes, Deputado Lazinho, não são as demandas dos índios, que muitas vezes são os reprimidos, muitas vezes eles, inclusive, estão alheios a essa discussão. Então, gostaria de deixar isso muito claro e se nós tivermos que brigar com esses interesses escusos, temos que brigar. Então, nós temos que colocar os três Senadores, nós já tivemos a participação do Senador Acir Gurgacz, temos que envolver o Senador Ivo Cassol, o Senador Raupp, o Governador, o Prefeito, todos os órgãos e instituições irem e fazer esse diálogo com toda a bancada também do Amazonas, e por que não do Acre e de Roraima? para que a gente tenha sucesso e mostre para os nossos Parlamentares que têm voz ativa e já participam da agenda das decisões do nosso Brasil. Então, parabéns por levantar essa Matéria tão importante.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Deputado Léo, quero dizer que a minha base eleitoral é a região de Ariquemes, mas Ariquemes, Jaru, o Estado de Rondônia todo e até o Brasil pode levar coisas para Manaus... hortifrutigranjeiros. E na região de Ariquemes é muito rico o terreno para produzir esse tipo de... E em Porto Velho aqui, tendo incentivo, com certeza,

já produz bastante e pode produzir muito mais. Então, nós estamos brigando por uma ação que é muito importante para o Estado de Rondônia no todo, porque cada região tem uma facilidade de produzir alguns hortifrutigranjeiros diferentes. Nós temos hoje, Ariquemes é a capital do tambaqui. Então, lá sai, tem os derivados de leite em Jaru que é a base leiteira do Estado de Rondônia. Então, todo Estado de Rondônia vai ser o mais favorecido. É claro que o resto do Brasil também vai passar por aí, mas Rondônia, por questão geográfica, vai ser mais favorecido.

O Sr. Aécio da TV – Um Aparte, Deputado Adelino?

O Sr. Lazinho da Fetagro – Deputado, concede um Aparte?

O SR. ADELINO FOLLADOR – Deputado Aécio da TV, e depois o Deputado Lazinho.

O Sr. Aécio da TV – Eu quero parabenizar Vossa Excelência, Deputado Adelino, pelo tema abordado sobre a BR 319. Infelizmente nós vimos uma Matéria muito interessante anteontem. Eu tive a oportunidade de assistir a Matéria no Jornal Nacional, mostrando as condições da BR 319, mostrando a situação daquela população que mora às margens dela, mostrando a importância dela até para, não só para nós de Rondônia, para os moradores do Amazonas, mas principalmente para o Brasil que importa todos os produtos praticamente, principalmente na área tecnológica do Amazonas, de Manaus. E o que nos deixa, às vezes, perplexos, e graças a Deus a obra praticamente está concluída. Então, o IBAMA entrar em cena, agora, não vai alterar muita coisa, até porque nós já temos linha de ônibus, já foi inaugurada linha de ônibus Porto Velho a Manaus, saindo segunda, quarta e sexta. Então, nós hoje já temos linha de ônibus regular de Porto Velho a Manaus. Voltou depois de 26 anos, já que foi interrompida em 1989, uma linha de ônibus que funcionou de 1970 a 1989, portanto 19 anos.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Eu andei muito nesses ônibus.

O Sr. Aécio da TV – Dezenove anos, voltou a funcionar. Mas o que nos deixa assim de certa forma perplexos, é saber que todos os entraves que o IBAMA coloca sobre a BR 364 é como se estivesse abrindo uma BR, é como se estivesse criando algo que já existe. Então, dá para ver isso aí, não tenho dúvida que tem algo por trás, que tem a força das balsas por trás. Eu participo constantemente do Parlamento Amazônico e pude observar na penúltima reunião nossa, em Boa Vista, porque eu comentei com os companheiros do Amazonas sobre a BR 319, eles não deram muita importância. Ou seja, muitos estão lá para defender outros interesses, não os interesses dos moradores às margens da BR 319, não os interesses dos moradores do Estado do Amazonas que são quase quatro milhões de pessoas, os interesses dos moradores de Roraima que são mais de 510 mil habitantes, dos moradores de Rondônia e principalmente dos 205 milhões de brasileiros. Quando alguém está contra a restauração ou a conservação ou a manutenção da BR 319, ele simplesmente está defendendo interesses da navegação. Quem não aceita que seja restaurada, quem não

aceita que seja, que haja manutenção na BR 319, é porque defende interesse da navegação. Porque se você for a Manaus, eu tive a oportunidade de fazer isso, se for a Manaus, eu tive a oportunidade de ir ao Carrefour olhar a qualidade das verduras. As verduras de lá, parece verdura do lixão, enquanto aqui, eu como fui supermercadista por muito tempo, a gente fazia o trabalho do Mesa Brasil junto com o SESC, de distribuição de alimentos, as verduras, as perdas que mandavam para o Mesa Brasil era infinitamente melhor do que as verduras que estão nas bancas para os consumidores de Manaus consumirem, e sabem por quê? Porque por balsa demora 05 dias, 05 dias o carregamento de verdura que sai daqui, demora 05 dias para chegar lá. Qual a verdura que resiste isso? Vem do Paraná. Demora 02 dias para chegar aqui e depois mais 05 dias para chegar a Manaus. A qualidade da verdura, a qualidade dos alimentos que eles consomem lá são alimentos de péssima qualidade, os alimentos, hortifrutigranjeiros...

O SR. ADELINO FOLLADOR – Além de ser caro.

O Sr. Aécio da TV – E caro por causa da perda, não é por causa do custo de transporte, é por causa da perda, o tempo que demora para chegar na mesa do consumidor de lá. Então, você ficar contra a restauração da BR 319, é você estar defendendo interesse da navegação, não tem outra explicação. Parabéns por ter levantado o tema e com certeza estaremos lá no dia 27 fazendo parte dessa caravana.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Com certeza, agradeço as palavras do Deputado Aécio, conhece muito bem a realidade, já está há tantos anos aqui em Rondônia, conhece. O Deputado Lazinho, um defensor também da agricultura familiar e aqui é um impulso muito grande para agricultura familiar, se conseguir esse sucesso.

Deputado Lazinho.

O Sr. Lazinho da Fetagro – Deputado Adelino, parabéns pelo vosso discurso e pela forma como Vossa Excelência coloca. Vossa Excelência falando da questão do transporte de legumes, em 1996, começou um polo de fruticultura em Vilhena e nós tivemos que mandar tomate de avião para lá. O que eu acho mais gozado é que todo mundo quer aproveitar de Rondônia, o resto do Brasil todinho quer tirar uma casquinha de nós aqui, e para nós só sobram os problemas. Está aqui o corredor da 364, do transporte da grande produção da região Centro-Oeste, Mato Grosso, tudo por aqui. Sobram, para nós, os buracos. Está aqui a construção das grandes usinas. Eu não vi o IBAMA vir aqui proibir o estrago que fez no Estado de Rondônia.

O SR. ADELINO FOLLADOR – E está fazendo ainda.

O Sr. Lazinho da Fetagro – E está fazendo ainda. Agora, quando é alguma coisa que pode beneficiar o nosso Estado, aí começa a bater, aí vem para cima. Eu quero dizer a Vossa Excelência que Rondônia, o Governo e a Assembleia têm que tomar posicionamento firme com relação a isso, tem que tomar. Olha, não dá para nós sermos usados como ponto final de tudo que é de bom que tem lá fora, para nós só tem o final aqui. Só sobra para nós o buraco, só sobra para nós aquilo que, o preço

caro da energia, só sobra para nós os buracos que a gente tem que consertar da BR. Agora, nós não podemos...

O SR. ADELINO FOLLADOR – Só ônus, só ônus.

O Sr. Lazinho da Fetagro – Só ônus, bônus, nada. Então, eu acho que Vossa Excelência tem razão, nós temos que partir para cima dos Estados que queiram ajudar Rondônia, para que o Brasil possa tratar Rondônia, como ela merece ser tratada. E a 319 já está construída, não existe, se tem problema de animais, se tem, façam túneis, tem tecnologia para fazer qualquer tipo estrada, porque o custo de transporte vai ser muito mais barato do que o fluvial. Então, eu acho que a gente precisa tomar esse posicionamento.

Parabéns a Vossa Excelência pelo discurso.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Eu quero mais uma vez falar que essa discriminação que o senhor citou, Deputado Lazinho, é uma realidade. Tem risco de acidente com bicho, na BR 364. Ali na Nova Vida, quantos acidentes com capivara. Inclusive, nós da Comissão da Agricultura, nós falamos essa semana da questão, nós temos que cobrar o IBAMA, quanto ao superpovoamento das capivaras. Eu fui vítima de acidente, onde o Seguro teve que buscar a caminhonete, um acidente de madrugada e eu conheço, um amigo meu está na UTI também, por causa de ter batido com o táxi em uma capivara. E todo dia tem acidente ali na BR 364, principalmente ali na Nova Vida, que a gente fica sabendo, muitos não ficam nem sabendo, porque eles vão direto para o hospital. E ali na Quatro Cachoeiras também, indo para Cacaulândia...

O Sr. Lazinho da Fetagro – Só um túnel, só um túnel naquele local resolve o problema.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Então, quer dizer, existe a possibilidade de resolver ali e resolver em outros lugares também para poder preservar a fauna, preservar a flora, mas ali, como foi citado aqui por todos os Deputados, ali é uma BR já aberta, uma BR que ficou muitos anos, desde 1989 já aberta, e nós, todo mundo andava e agora é só manter, recuperar para ter acesso. Então, quero deixar aqui a indignação, também, quanto a BR de Roraima, onde o Ministério Público está exigindo do Governo Federal que faça o asfalto, que asfalte aquela BR. E aí o Governo do Estado não tem dinheiro, é uma BR Federal e ainda o Governo do Estado está sendo obrigado a fazer. E nós aqui que queremos fazer e é uma BR com muito mais serventia, com muito mais, sem comparação com a utilidade da BR 319, está sendo proibido. Eu quero saber qual o peso que o IBAMA está usando, qual a diferença que nós temos, por que está sendo prejudicado o Estado de Rondônia? Por que o IBAMA não viu, e como o senhor citou, Deputado, a questão das usinas aqui em Porto Velho, que teve tanto impacto e o IBAMA não se manifesta, com tantas situações que existem. E aqui, parece que quando é para favorecer Rondônia, nós somos prejudicados.

Obrigado.

(Às 10 horas e 54 minutos o senhor Cleiton Roque passa a Presidência para o senhor Laerte Gomes)

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Encerrado o Grande Expediente, passemos às Comunicações de Lideranças.

Com a palavra o líder do PTB, Deputado Léo Moraes, por vinte minutos com Apartes.

O SR. LÉO MORAES – Senhor Presidente, Deputado Laerte Gomes, a quem eu cumprimento, os demais membros da Mesa, saúdo a todos os Deputados Estaduais, em nome do meu amigo Deputado *only bless* Só Na Bença; cumprimento a todos que aqui se fazem presentes na nossa galeria, os servidores.

Na verdade vou utilizar dois minutos, o que eu tinha de interesse para falar eu já fiz um Aparte na fala do Deputado Adelino Follador, que era a respeito da BR 319 e do poder que nós temos em mãos para mobilizar e fomentar essa discussão, para trazer os organismos da sociedade civil, o Governo do Estado, Prefeitura, MP, todos, Tribunal de Contas, MPU, MPF, Defensoria Pública da União, para que a gente possa, de uma vez por todas, esclarecer essa discussão que tem entre dois órgãos do Governo Federal a respeito da Licença Ambiental, do estudo de impacto ambiental e do relatório de impacto ambiental, quais sejam, o DNIT e também o IBAMA. Como o Deputado Aécio bem disse, é uma área que já foi licenciada nos idos da década de 1970, não é isso, Deputado Lazinho? Então, não faz o menor sentido requerer um novo licenciamento. Se existe necessidade de um estudo de impacto ambiental, que ele seja correlato às atividades de execução da própria obra que o DNIT já tem estruturação e dotação orçamentária para tal. Nós sabemos o progresso que isso vai trazer para o Estado de Rondônia pela questão geográfica e também pela nossa riqueza e pela nossa vocação natural que é a agropecuária e nós bem sabemos disso. Temos um dos maiores rebanhos do Brasil, Porto Velho tem o maior rebanho do nosso Estado. Então, logicamente que será muito bem aproveitado por uma população de cerca de dois milhões e meio de habitantes que é o município de Manaus, capital do Estado do Amazonas. Capital rica que precisa importar suas peças para confecção nos seus pátios de fábricas dos nossos produtos que lá são produzidos. Então, não haja dúvidas da necessidade imediata, Deputado Só Na Bença, de retomar essa discussão, mas uma discussão fervorosa e com lobby, um lobby, uma pressão saudável a fim de que nós possamos lograr êxito, junto logicamente com a Bancada do Amazonas que já esteve aqui completamente à disposição, como também o Estado do Acre e o Estado de Roraima, que são regiões longínquas e que estão isoladas numa condição remota de sobrevivência. Então, gostaria de deixar registrado por ser conhecedor ativo dessa estrada, mensalmente vou até a BR-319, como já disse, próximo ao Distrito de Surpresa, de realidade, na verdade fica 100 quilômetros de Humaitá. A estrada até lá é boa, ela é muito boa. O problema é o 'meião', que se fala, que é onde o DNIT tenta liberar as obras e não consegue, não tem sucesso. Então, que fique registrado que todos os Parlamentares, todos nós aqui desta Casa, assim como os Deputados Federais, Senadores e também o Governador de Rondônia e dos demais Estados amigos, que eles possam fazer uma luta enérgica na defesa do interesse dos amazônidas de forma geral. Cumprimentar aqui o Superintendente de Turismo que está conosco e sua equipe, Júlio Olivar. É um grande prazer, satisfação e uma honra tê-lo aqui conosco. Seja bem-vindo e

sempre que puder esteja conosco que é muito bom nós trocarmos essas informações com o Poder Executivo. Afinal, são os detentores da caneta, na caneta tem tinta justamente para solucionar e equacionar os problemas no nosso Estado de Rondônia, dentre eles, esse que a SETUR logicamente é protagonista, é um dos atores que deve se envolver nessa discussão, até porque existe uma relação íntima do turismo, da exploração do mesmo, nos dois Estados, Estados vizinhos, amigos-irmãos.

E, por derradeiro, eu gostaria de deixar o meu registro de feliz Dia dos Professores. Amanhã, nós temos essa data tão simbólica, que tão bem representa o nosso país e a luta incessante em educar e difundir conhecimento sem olhar para quem, e muitas vezes sem olhar para o próprio bolso. São profissionais que fazem da sua função, da sua atividade laboral um próprio sacerdócio a fim de trazer o conhecimento e o desenvolvimento intelectual das nossas crianças, dos nossos adolescentes, dos nossos jovens, dos nossos adultos e dos nossos senhores da melhor idade. Como disse a menina Malala, que ganhou o Prêmio Nobel, Deputado Laerte, "com a caneta na mão e o papel nós conseguiremos transformar o nosso mundo, basta nós termos boa vontade". Queremos convidar a todos, amanhã nós teremos uma Audiência Pública justamente em homenagem ao Dia dos Professores onde serão agraciados os professores da rede estadual de ensino e também outros educadores. Também, logicamente, discutiremos questões salariais, dignidade e qualidade de vida para esses servidores. Então, parabéns a todos os servidores. Em nome da Deputada Professora Lúcia Tereza eu saúdo a todos que aqui estão, até porque a Deputada é professora e ocupa boa parte da sua vida para se dedicar ao sacerdócio da educação. Então, parabéns a todos, e fiquem com Deus.

Muito obrigado.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Parabéns, Deputado Léo Moraes pelo pronunciamento.

Passo a palavra agora para o vice-líder do PRP. Na ausência do líder Deputado Dr. Neidson, assume a liderança, o Deputado Jesuíno Boabaid.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Questão de Ordem, Presidente?

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Não é PRP, é PTdoB e eu sou líder do meu Partido.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – É que estava aqui no papel PRP e era vice-líder. Mas eu ratifico, Sr. Presidente, é o líder do PTdoB.

O SR. JESUÍNO BOABAID – E da oposição.

O Sr. Adelino Follador – Quem são os representantes da oposição aqui, quem lhe elegeram?

O SR. JESUÍNO BOABAID – O Deputado Hermínio...

O Sr. Adelino Follador – Todo mundo é base, até Vossa Excelência está votando...

O SR. JESUÍNO BOABAID – Base!

O Sr. Adelino Follador – Até o Deputado Hermínio também já é base. Então, Vossa Excelência não tem mais aliado não.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Presidente, o Deputado Adelino está me perguntando quem me nomeou Presidente da oposição. Eu falei, “foi o Deputado Hermínio”.

O Sr. Adelino Follador – É porque não tem oposição nesta Casa.

O SR. LAERTE GOEMES (Presidente) – A Vossa Excelência cabe bem esse título. Então, o Líder da oposição, Deputado Jesuíno Boabaid.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Presidente, eu quero cumprimentar a todos os Deputados presentes, a imprensa, todas as pessoas que se encontram no plenário. Eu vou falar sobre a situação que o Deputado Adelino falou, comentou hoje, que foi sobre a questão dos búfalos. Realmente Vossa Excelência puxou uma informação necessária e que o Estado de Rondônia também deve de forma percussora iniciar esse Projeto que é de suma importância. Só que o fato, eu digo que o Governo, infelizmente, não tem o mesmo compromisso com esta Casa, mas eu vou falar o porquê. Teve Audiência Pública, foi encaminhado Projeto de Lei, discutido nas Comissões e eu propus uma Audiência Pública, todas as autoridades estiveram presentes aqui. E nesta Audiência Pública, eu estou com o Projeto de Lei, ficou consagrado, consignado que... Olha só o que diz, bem de forma sucinta: “existe uma missão, graça aqui nesse projeto”, qual missão? Em nenhum momento foi apontado em algum anexo quais são os valores que vão ser utilizados para aferir, ou seja, aferir. Vou dar um exemplo aqui. O Adjunto falou sobre o cálculo aproximadamente de cinco mil animais, aí ele colocou 15 arrobas, 75 mil reais. Exemplo, 07 milhões e aí...

O Sr. Adelino Follador – Como é que é, um búfalo 15 arrobas?

O SR. JESUÍNO BOABAID – É, ele fez um exemplo, ele fez um exemplo.

O Sr. Adelino Follador – Eu já matei de 34 arrobas e era pequeno, ainda.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Ele fez um exemplo. Só que tem aí, Roraima, tem...

O Sr. Adelino Follador – O bezerro...

O SR. JESUÍNO BOABAID – Não, foi ele quem falou. Foi ele que falou, não fui eu. Foi ele que comentou, está aqui consignado em ata.

O Sr. Adelino Follador – Eu acho que ele não tem nem noção do que está falando.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Ele colocou aqui. Só que, até o presente momento, não mandaram o anexo colocando... olha

o que mandaram, chegou agora, acabei de receber. Plano de Manejo dos Búfalos do Vale do Guaporé, aí eu coloquei o valor que eles consignaram, colocaram referência apenas de 600 animais, total de um milhão e pouco, mas eles foram bem detalhistas. Material de consumo, total: R\$ 1.584.039,45 (um milhão, quinhentos e oitenta e quatro, trinta e nove mil e quarenta e cinco centavos). Cadê os documentos que eu pedi? As referências de onde eles extraíram...

O Sr. Jean Oliveira – Deputado, me permite um aparte?

O SR. JESUÍNO BOABAID - Pode falar, Deputado Jean.

O Sr. Jean Oliveira – Deputado, eu quero primeiro, acima de tudo, expressar o meu reconhecimento do mandato que Vossa Excelência vem desempenhando aqui à frente do Legislativo.

Eu acho importante que o Deputado seja também genérico, Deputado Lazinho. Ele não é um Deputado que tem uma, seja específico num foco e esqueça os demais adendos da sociedade. O Deputado Jesuíno está falando aqui de uma questão muito importante, eu até comentei com ele que gostaria de ter participado, mas infelizmente não pude, mas tenho certeza absoluta de que, aquilo que for interessante, a gente vai conversar, vai dividir com os Pares aqui.

Esse assunto, sobre a questão dos búfalos da Fazenda Pau D’Óleo, é muito sério. É uma questão que vai muito mais além do Estado de Rondônia. É uma questão de Brasil. Por ter interferência na divisa, esses búfalos não pertencem ao rebanho rondoniense somente, esses búfalos são também do nosso país vizinho, Bolívia. Eu fiz há uns dias, superficialmente, Deputado Jesuíno, uma indagação a alguns técnicos do IDARON, perguntando se o risco do rebanho bubalino, que é descontrolado em números, se ele afetaria alguma coisa no rebanho aqui do Estado de Rondônia, que é livre de aftosa, porque o bubalino também transmite a febre aftosa para o bovino. E aí a resposta que os técnicos me deram foi que, “de acordo com o órgão mundial, que faz o controle de aftosa, que é a OIE, diz que a Bolívia é livre, é uma zona livre de febre aftosa”. Então, não corre risco nenhum, tendo em vista que nós também somos livres de febre aftosa. Agora, é certo que nós precisamos manter o controle, mas não é de qualquer jeito. Não é de qualquer jeito e Vossa Excelência está coberta de razão, não é assinar um cheque em branco para que eles façam o que eles bem entenderem. Existe uma questão muito importante, que é um rebanho gigantesco de animais. Será que a melhor medida é essa que eles estão propondo? Então, quero dizer a Vossa Excelência, que Vossa Excelência está coberta de razão. Esta é uma situação muito importante, que não tem que se definir em um Projeto de Lei, tem que ter Audiência Pública, tem que ter um entendimento maior, tem que ter autoridades federais aqui para a gente discutir. É uma coisa muito importante para o nosso Estado, sem contar o que vai ser feito depois com o abate. A carne vai ser distribuída? Vai ser comercializada? O que vai ser feito? Então, quero dizer aqui que Vossa Excelência está caminhando pelo caminho correto, dividindo uma importante tarefa com a sociedade e com outras autoridades. Então, eu quero dizer a Vossa Excelência, que está no caminho correto. E eu quero ser solidário a Vossa Excelência nesse encaminhamento, no que for necessário para cobrar explicação e para tomar medidas.

O Sr. Lazinho da Fetagro – Deputado, um Aparte?

O SR. JESUÍNO BOABAID – Obrigado, Deputado Jean Oliveira. Deputado Lazinho.

O Sr. Lazinho da Fetagro – Deputado Jesuíno, esse Projeto não está para votar hoje, não é Deputado?

O SR. JESUÍNO BOABAID – Não, não senhor.

O Sr. Lazinho da Fetagro – Esse projeto ainda tem que passar pela Comissão de Agropecuária, não é Deputado?

O SR. JESUÍNO BOABAID – Tem, tem que passar pelas Comissões. Eu vou explicar agora, eu ia chegar lá. Foi mandado o projeto e teve a Audiência Pública, foi feito o compromisso, eles iriam encaminhar um novo projeto e mandaram um anteprojeto, já está anexado. O fato é que alteraram os Artigos 48, 49 e 50, de forma bem sucinta. Eu vou passar para todos, quem tiver interesse... eu recebi hoje, que está direcionado em meu nome, para ser juntado também no projeto, que é o plano de manejo, e nas folhas 35, 4.5. Estimativa de Captura: levando-se em consideração estratégias, intervenção e manejo de população de bubalinos, presentes no Guaporé, a probabilidade é de capturarem uma média de 600 a 1000 animais/ano. É importante ressaltar que estamos levando em consideração, estimativa populacional de 3804, mais ou menos de 1500 animais feita por Tomas e Tipolo, em 2005". Ou seja, em 2005, eles estão fazendo uma estimativa. 'Olha, tem 3804, mais ou menos 1500 animais para cima'. Gente, todo mundo sabe que a gente tem que fazer o levantamento, apenas 05 animais de 2005 para cá, suponhamos que tenham várias fêmeas. Anualmente ela pode colocar um...

O Sr. Adelino Follador – Várias não, 50% são fêmeas, 50% são machos. É a média, é a média...

O SR. JESUÍNO BOABAID – Pois é, aí só isso aqui. Não, já...

O Sr. Jean Oliveira – Deputado, posso?

O SR. JESUÍNO BOABAID – Pode falar, Deputado.

O Sr. Jean Oliveira – Uma coisa importante é dizer que o manejo de fauna é uma coisa que vem sendo discutido desde o início do Governo Confúcio, desde o mandato passado. Não foi instituído um experimento em manejo de fauna. Nós vamos começar a fazer manejo de fauna de forma experimental no maior rebanho do Estado, o bubalino? É brincadeira!

O SR. JESUÍNO BOABAID – Não, olha aqui, aí eu vou falar o artigo 48: "os recursos destinados ao plano de manejo serão geridos pelo Governo do Estado de Rondônia, o qual se responsabilizará pela execução direta ou indireta do plano de manejo". Antes era da seguinte forma... eu vou, até, para ver o que era, e o que ficou em... "os recursos destinados ao plano de manejo serão repassados pelo Governo do Estado de Rondônia, o qual se responsabilizará pela execução direta ou indireta". Então, não mudou quase nada. Um mantém a situação

de 'são geridos' e outro 'serão repassados'. O Artigo 49: "as receitas obtidas na comercialização de carne serão utilizadas para custeio do manejo e demais despesas atinentes ao desenvolvimento do projeto de execução de medidas para erradicação dos búfalos". Como era antes, o projeto primeiro: "as receitas obtidas em comercialização de carne serão utilizadas para custeio de manejo e demais despesas atinentes ao desenvolvimento do projeto e execução de medidas para erradicação dos búfalos". Não mudou quase nada. O Artigo 50: "os valores obtidos com a comercialização de carne serão distribuídos na ordem de 25% para as empresas executoras do serviço de captura e transporte de animais, conforme detalhamento em contrato firmado e na Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993". O projeto dizia, no Artigo 50: "os valores obtidos na comercialização de búfalos serão distribuídos na ordem de até 75% para o Governo do Estado de Rondônia e até 25%". Então, aqui ele fez a taxativa de 25%, tirando aquela situação de 75%. Os demais ficaram a mesma coisa. Só que não encaminhou os anexos, os quais a gente solicitou, foi acordado, solicitado.

O Sr. Alex Redano – Deputado, me permite um Aparte?

O SR. JESUÍNO BOABAID – Deputado Alex Redano.

O Sr. Alex Redano – Deputado Jesuíno, obrigado pelo Aparte. Parabenizo Vossa Excelência por esta atenção. Esse projeto não é um projeto simples, Deputado Lazinho. É um projeto complexo e ele envolve, no final, um montante financeiro muito grande. Eu gostaria, Deputado Jesuíno, eu sei que é voto vencido e eu não pude, Deputado Jesuíno, fazer parte, participar dessa Audiência Pública, e se foi discutido porventura, eu sei que é polêmico, mas existe também uma possibilidade de ter lucro para o Estado a questão do abatimento, através da caça. Nós sabemos que existe, está aqui o Júlio Olivar que é o nosso Presidente do turismo do Estado, existem pessoas que gastariam fortunas para vir fazer essa caça e o troféu para eles seria só a cabeça do búfalo, seria só o troféu. E essas pessoas viriam de longe, trariam o turismo, só que nós sabemos que enfrentaríamos a questão do IBAMA. Mas eu gostaria de saber se na Audiência foi discutida essa pauta e se existe essa possibilidade. E gostaria, Deputado Jesuíno, que encaminhasse a todos os demais Deputados todos esses documentos que Vossa Excelência recebeu, porque eu acredito que vários Deputados querem esmiuçar porque esta questão não é tão simples como está sendo aqui, simplesmente um projeto de lei, vamos lá e vamos fazer. Primeiro, que envolve cifras milionárias, e outra, que não é um simples manejo. Se o Estado nunca fez, como vai fazer numa população de búfalos tão grande?

Obrigado pelo Aparte, Deputado.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Não é só o Estado, Deputado Alex Redano. Isso aqui é um projeto de nível mundial. É o primeiro que está nascendo.

Outra coisa. Eu quero cumprimentar o Dr. Júlio Olivar, Secretário da pasta, também do Turismo, ele entregou aqui, Safári Clube Internacional Brasil. Foi uma entrega que foi colocada, está juntado aqui dentro nas documentações. Eu vou

pedir que a Assessoria Legislativa encaminhe para cada Deputado, porque foi juntado na Audiência todo o processo está juntado no processo legislativo, que é da lei. Então, vai ser juntado também esse plano de manejo, tudo que for referente a este Projeto de Lei, vai estar anexado aqui nessa Propositura, que é o Projeto de Lei 153/15. Então, se for também de consenso de todos os nobres Pares, a gente pode chamar novamente uma Audiência, por quê? Veio a mesma situação que de uma forma maior, de forma mais abrangente, com todas as pessoas interessadas, se discute esse Projeto.

O Sr. Adelino Follador – Deputado, um Aparte?

O SR. JESUÍNO BOABAID – Pois não, Deputado.

O Sr. Adelino Follador – Deputado, eu estou aqui... eu acessei no Google a questão turismo de caça. E eu já falei para o Júlio, que vamos chamar na Comissão para nós discutirmos essa questão. Essa polêmica sobre o Rei da Espanha que foi caçar elefante na África me fez lembrar a minha viagem de lua de mel. Então, quer dizer, quanto que eles pagam, para você ver, é um Rei, então existe essa possibilidade. Eu acho que nós temos que estudar, e aqui atem um artigo muito grande sobre isso. Então, eu acho que nós temos que ver a legalização disso e só assim nós poderemos dimensionar, hoje se mata X e depois vamos ver se o impacto diminuiu, aí mata mais X e gradativamente, vai se abrindo dentro de uma experiência e cria um Fundo com esse recurso. Cria um Fundo para que seja recuperada aquela área. Eu acho que o turismo, Júlio... eu estou vendo aqui no site, acho que tem uma possibilidade de nós articularmos isso. Então, nós levantamos isso lá na Comissão, eu acho que, de repente, nós vamos achar uma solução para não gastar dinheiro, e sim ganhar dinheiro.

Obrigado.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Sim, só que a gente tem que ver na Matéria constitucional a questão, tudo tem que ver a constitucionalidade. Por isso que eu digo, é um Projeto de grande relevância que pode sim, além de trazer recursos para o nosso Estado, trazer benefícios não só para área. Então, tem muita coisa nesse Projeto, como eu disse, que deve ser tratado de uma forma tranquila, de uma forma realmente onde todos possam opinar, inclusive a Doutora Gisele, que é da Procuradoria Federal, ela encaminhou um ofício, que ela não pôde ter participado, pela sua agenda, mas ela deu os telefones particulares dela, porque ela queria estar presente, porque não é só o Ministério Público Estadual e Federal que têm interesse a essa Matéria. Então, era isso que eu queria falar quanto ao Projeto de Lei nº 153/15, que irá tramitar novamente nesta Casa com um novo. Para mim ficou a mesma coisa, não mudou nada, não mudou quase nada. A única coisa que mandaram agora, que vai juntar, é o Plano de Manejo que os detalhes, Deputada Lúcia, ficou muito espaço. Então, não dá nem para a gente falar.

Eu vou falar agora sobre a questão da Polícia Militar, que além de ser, fui oriundo das Forças Armadas no caso no âmbito estadual, eu também fui eleito pela nossa categoria também e eu quero falar sobre as escalas abusivas. Eu vou falar o quanto for necessário. Recebi denúncia com documentos aonde Policiais

Militares aqui, que vai no sentido de Nova Califórnia, ali daquela região do 6º Batalhão, eles estão sendo submetidos à escalas exaustivas, por que exaustivas? Acabou a situação do serviço voluntário, o efetivo é baixo, todo mundo sabe, e aí, mesmo ciente, o Comando da PM, ou seja, do Batalhão, não sei se o Comandante Kisner, tem ciência dessa situação, eles estão colocando a escala na Polícia Militar. De que forma? Terminou o seu turno de serviço, menos de 12 horas, ele já é escalado novamente de forma obrigatória. E o fato mais grave, é que eles não têm nenhum tipo de percepção remuneratória. Ou seja, na escala, o Militar de forma gratuita, ainda coloca lá em um local totalmente desprovido de condições básicas. Então, está aí, tudo isso, Deputada Lúcia, é porque os Militares têm uma legislação ferrenha, castrense, que não pode, o Militar vir manifestar o seu desconforto. Ou seja, e mesmo nós lutando, no início da nossa legislatura, pela manutenção, para a regulamentação do serviço extra. Então, vou pedir ao Secretário George Braga, ao Chefe da Casa Civil, que vamos discutir agora, tem que discutir uma forma para que esses Militares não sejam submetidos a escalas exaustivas. Ou seja, de forma análoga à escravidão. Isso não pode acontecer, porque o trabalho do servidor são 40 horas semanais, qualquer servidor tem um limite de horas, só os Militares que são levados a essas escalas. Lembrando, estou falando Militares estaduais, não estou falando Militares das Forças Armadas, que, para mim, na minha visão, que eu sigo essa corrente que os Militares dos Estados não são propriamente ditos, e não sou só eu que entendo, são Magistrados, são Promotores, inclusive uma corrente do próprio STF entende que eles não são Militares propriamente ditos. O fato é que isso está sendo discutido no Congresso Nacional, pelas entidades representativas de classe de âmbito nacional, a qual também eu faço parte, inclusive foi, recentemente, foi abolido, e já tem uma Lei que foi aprovada na Câmara dos Deputados, onde as penas privativas de liberdade, prisão e detenção, foram retiradas, deverão ser retiradas dos Estatutos das Polícias Militares dos Estados. Então, isso é algo que a gente, é uma vitória, mas não deveria haver desde o advento da Carta Constituinte de 1988, que diz que as penas privativas a liberdade, somente serão dadas, serão legisladas através de Lei. E os Governadores aplicam essas penas através de Decretos. Decretos, que não são nem de Leis, mas Decretos que foram recepcionados pela Carta Constituinte. Ou seja, pela Constituição Estadual e Federal, e se tornaram por força de Lei Complementar. Então, é isso, têm várias Leis que devem ser reformadas por parte de Congresso, por parte do próprio Estado de Rondônia, que dispõem sobre os Militares. Aí me perguntaram: 'mas, Jesuíno, e a questão do Direito Militar?' Eu sou acadêmico de Direito, não só eu, vários que são formados em Direito. Não existe nenhuma - como eu posso falar? - uma grade inclusão da questão Direito Militar, não tem. Os advogados saem, não tem nenhuma disciplina, os advogados saem sem saber realmente qual é o conhecimento do Direito Militar. Por isso que às vezes você vê, alguns oficiais vêm, falam de forma impositiva e aí quem vai contestar? Por isso que eu me debrucei, conheço da Matéria legislativa de âmbito estadual, federal das Polícias e Bombeiros Militares. Então, a discussão não é meramente, eu vir aqui falar sem ter o conhecimento. Então, eu quero falar...

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Dois minutos para concluir, Senhor Deputado.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Eu quero pedir o mesmo tempo, se for cumprir o Regimento desta Casa, pois foi dada a palavra para vários Deputados, e cada um ultrapassou três minutos. Portanto, eu peço também cinco minutos a mais para terminar a minha fala, com todo o respeito, Presidente.

Sobre as escalas abusivas, eu vou falar também sobre a questão dos socioeducadores que foram contratados de forma emergencial. Tivemos nesta Casa uma discussão, foi feito compromisso em eles, formalizarem o processo deles, e por que o processo? Porque eles não serão mais recontratados. Então, o Estado deve pagar o passivo trabalhista deles, mas até o presente momento não o fez. Então, já deram início à questão desse processo trabalhista, no caso, iniciou e nós estamos esperando que seja cumprido no prazo máximo, que eles recebam pelo menos o seu direito trabalhista até 25 de dezembro, que é Natal, para ele ter a satisfação, o seu direito, a sua família. Porque mandou embora, utilizou-se da mão de obra por 02 anos e 09 meses e agora não paga aquilo que é de direito? Aí fica complicado. Tive exemplo até de um servidor que tem um ano e nove meses e até o presente momento ainda não recebeu o seu passivo trabalhista. Então, nós estamos fiscalizando e atuando aonde essas pessoas devem receber o seu direito trabalhista. Então, é isso que eu queria falar.

O outro ponto também, é que, para finalizar, Presidente, que os socioeducadores que já estão na iminência de terminar sua academia, não têm ainda a segurança jurídica de que o contrato seja efetivado por parte do Estado. Ou seja, eles poderão terminar a sua academia, estavam aqui dois, eu já fui procurado, e eles não terão, o Governo quer parcelar, contrata um montante, o outro montante para 2017. Várias pessoas já saíram dos seus empregos, estão preocupadas como vão ficar. Então, a gente pede novamente, cobra do Governo do Estado de Rondônia que analise essa situação orçamentária e contrate essas pessoas, se está precisando, então contrate. Era isso que eu queria falar sobre isso hoje. Foi o tema, ontem não usei da minha fala.

Então, muito obrigado a todos, Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Eu agradeço a compreensão de Vossa Excelência por ter cumprido o tempo Regimental.

Encerradas as Comunicações de Lideranças, passemos à Ordem do Dia.

Solicito o Senhor Secretário que proceda à leitura das Proposições recebidas.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário ad hoc) – Procede à leitura das Proposições recebidas.

APRESENTAÇÃO DE MATÉRIAS

- PROJETO DE RESOLUÇÃO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID - Altera dispositivos do Regimento Interno.

- PROJETO DE LEI DA MESA DIRETORA - Concede complementação salarial à servidores da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Aqui, eu estou retificando. Ontem foi lido Audiência Pública para o dia 20 de novembro de 2015, às 09 horas para discutir e analisar amigos de patos. Na verdade é:

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID - Requer Audiência Pública no dia 20 de novembro de 2015, às 09 horas, para discutir e analisar sobre a violência e maus tratos contra os animais.

Então, esse é o documento retificando quanto a Audiência Pública. Pedindo também a retirada desse documento que foi aprovado ontem.

- PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DA COMISSÃO AGROPECUÁRIA E POLÍTICA RURAL - Revogam-se os Artigos 6º e 8º e o 10º da Lei Complementar nº 714, de 17 de maio de 2013 que institui a Política Estadual de Apoio ao Associativismo e Cooperativismo – POLECOOP e dá outras providências.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO LÉO MORAES - Requer à Mesa Diretora que o Projeto de Lei nº 151/2015, retorne à Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA LÚCIA TEREZA - Requer ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia Confúcio Aires Moura, com cópia para o Secretário de Estado da SEJUS, informações sobre o andamento dos Processos Administrativos: Caráter emergencial nº 01.2101.01095-0000/2015 e permanente nº 01.2101.01096-0000/2015.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID - Indica ao Poder Executivo que interceda junto à SEDUC, a necessidade de reforma geral na Escola Estadual de Ensino Fundamental Governador Paulo Nunes Leal.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO LEBRÃO - Indica ao Senhor Governador do Estado à necessidade de recuperação das estradas das comunidades do Km 13 e do Km 22 da BR 319, sentido Humaitá, com a máxima urgência.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO CLEITON ROQUE - Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, com cópia a Superintendência de Desenvolvimento do Estado de Rondônia – SUDER, extensão a Coordenadoria de Gestão Patrimonial e Regularização Fundiária, a necessidade de agilizar e concluir o processo de entrega dos Títulos aos proprietários de terras urbanas, atendidos pelo Convênio firmado com o município de Seringueiras.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO CLEITON ROQUE - Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, a necessidade de reforma e ampliação da unidade Sede do 2º SGB/4º GB - Corpo de Bombeiros, de Pimenta Bueno.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO CLEITON ROQUE - Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia a necessidade, com cópia a Superintendência de Estado de Desenvolvimento – SUDER, extensão e Coordenadoria de Gestão Patrimonial e Regularização Fundiária, a necessidade de agilizar e concluir o processo de entrega dos Títulos aos proprietários de terras urbanas, atendidos pelo Convênio firmado com o município de Pimenta Bueno.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO CLEITON ROQUE - Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia a necessidade, com cópia a Superintendência de Estado de Desenvolvimento – SUDER, extensão e Coordenadoria de Gestão Patrimonial e Regularização Fundiária, a necessidade de agilizar e concluir o processo de entrega dos Títulos aos proprietários de terras urbanas, atendidos pelo Convênio firmado com o município de Santa Luzia.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO CLEITON ROQUE - Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia a necessidade, com cópia a Superintendência de Estado de Desenvolvimento – SUDER, extensão e Coordenadoria de Gestão Patrimonial e Regularização Fundiária, a necessidade de agilizar e concluir o processo de entrega dos Títulos aos proprietários de terras urbanas, atendidos pelo Convênio firmado com o município de Parecis.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO CLEITON ROQUE - Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia a necessidade, com cópia a Superintendência de Estado de Desenvolvimento – SUDER, extensão e Coordenadoria de Gestão Patrimonial e Regularização Fundiária, a necessidade de agilizar e concluir o processo de entrega dos Títulos aos proprietários de terras urbanas, atendidos pelo Convênio firmado com o município de Corumbiara.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO MARCELINO TENÓRIO - Indica ao Poder Executivo, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem – DER, a necessidade da construção urgente do aterro da ponte sobre o rio Jaru, na RO 133.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO JEAN OLIVEIRA - Indica ao Governo do Estado, com cópia à Secretaria de Estado do Planejamento e Gestão – SEPOG, a necessidade de que seja incluído no PPA 2016-2019, recursos para os seguintes investimentos.

Lidas as Matérias, senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Solicito ao senhor Secretário que proceda à leitura das Matérias a serem apreciadas.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário ad hoc) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO LÉO MORAES - Requer à Mesa Diretora que o Projeto de Lei nº 151/2015, retorne à Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Em discussão e votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem.

Aprovado.

Vai ao Expediente.

Próxima Matéria, senhor Secretário.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário ad hoc) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID - Requer Audiência Pública para o dia 20 de novembro de 2015, às 09 horas, para discutir e analisar sobre a violência e maus tratos contra os animais.

Esse é o Requerimento que retifica o documento que foi aprovado ontem, e eu pedi a retirada do documento.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Em discussão e votação o Requerimento do Deputado Jesuíno.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Presidente, eu queria pedir a verificação de quorum.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Neste momento, vou proceder o Requerimento do Deputado Hermínio Coelho, nos termos regimentais, a verificação de quorum. Peço aos senhores que registrem suas presenças.

VERIFICAÇÃO DE QUORUM

- Deputado Adelino Follador	- presente
- Deputado Aécio da TV	- presente
- Deputado Airton Gurgacz	- presente
- Deputado Alex Redano	- presente
- Deputado Cleiton Roque	- presente
- Deputado Dr. Neidson	- ausente
- Deputado Edson Martins	- ausente
- Deputado Ezequiel Júnior	- ausente
- Deputada Glaucione	- ausente
- Deputado Hermínio Coelho	- presente
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Jesuíno Boabaid	- presente
- Deputado Laerte Gomes	- presente
- Deputado Lazineiro da Fetagro	- presente
- Deputado Lebrão	- ausente
- Deputado Léo Moraes	- presente
- Deputada Lúcia Tereza	- presente
- Deputado Luizinho Goebel	- ausente
- Deputado Marcelino Tenório	- presente
- Deputado Maurão de Carvalho	- presente
- Deputado Ribamar Araújo	- presente
- Deputada Rosangela Donadon	- ausente
- Deputado Saulo Moreira	- ausente
- Deputado Só Na Bença	- presente

Total: 15 Deputados presentes

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Foi constatada a verificação de quorum.

Eu quero, Deputado Cleiton Roque, parabenizar os Deputados que estão aqui no Plenário, principalmente os Deputados, alguns que não são da base que estão aqui dando quorum para haver Sessão.

Em discussão e votação o Requerimento do Deputado Jesuíno Boabaid. Os Deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem.

Aprovado.

Vai ao Expediente.

Próxima Matéria, senhor Secretário.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI Nº 174/15 DO DEPUTADO ADELINO FOLLADOR - Declara de Utilidade Pública a Associação São Vicente de Paulo (Missão Santa Luísa de Marillac), Município de Itapuã do Oeste.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Em segunda discussão e votação, Projeto de autoria do Deputado Adelino Follador, Projeto de Lei nº 174/15.

Os Deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem.

Aprovado.

Vai ao Expediente.

Próxima Matéria, Senhor Secretário.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário ad hoc) – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 034/15 DO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO - Altera dispositivo na Resolução nº 305, de 16 de setembro de 2015.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Projeto de autoria do Deputado Maurão de Carvalho, Projeto de Resolução nº 034/15, que altera dispositivo da Resolução nº 305 de 16 de setembro de 2015.

O Art. 1º da Resolução nº 305 de 16 de setembro de 2015, que dispõe sobre o pagamento do 13º salário dos servidores estatutários da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia e dá outras providências, passa a vigorar com a seguinte redação, acrescido de Parágrafo Único:

Art. 1º - Fica assegurado o pagamento da gratificação natalina, ao servidor que optar por escrito, no mês do aniversário do servidor estatutário ativo do Poder Legislativo, bem como dos servidores estatutários de outros Órgãos Públicos cedidos à Assembleia Legislativa.

Está sem Parecer. Para relatar pelas Comissões pertinentes o Deputado Adelino Follador.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Projeto de Resolução nº 034/15 de autoria do Presidente desta Casa, Deputado Maurão de Carvalho, que altera dispositivo da Resolução nº 305, de 16 de setembro de 2015. Senhor Presidente, altera, os servidores que trata o caput deste Artigo, que tenham feito aniversário a partir do dia 1º de janeiro de 2015 até data da publicação desta Resolução farão jus ao mesmo benefício, através de opção por escrito junto a Superintendência de Recursos Humanos até o mês de novembro de 2015.

Então, é direito dos servidores, reconhecendo os servidores desta Casa, com certeza somos de Parecer favorável. Estamos dando Parecer pelas Comissões Pertinentes, senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Dado o voto, conhecido o voto do relator, em discussão e votação o Parecer. Não havendo quem queira discutir, em votação o Parecer. Os Deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem.

Aprovado o Parecer do Deputado Adelino Follador.

Em discussão o Projeto. Não havendo discussão, em votação.

Os Deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem.

Aprovado.

Vai ao Expediente.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Questão de Ordem, Presidente?

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Esse Projeto que nós votamos agora... o funcionário que quiser receber o 13º no dia do aniversário dele ele pode optar. Então, todo servidor da Casa que quiser receber o seu 13º no dia... então é esse que eu dei o Parecer agora.

O SR. LAERTE GOMES – Próxima Matéria, senhor Secretário.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário ad hoc) – PROJETO DE RESOLUÇÃO 035/15 DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID - Altera dispositivos do Regimento Interno.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Trata-se de um Projeto de autoria do Deputado Jesuíno Boabaid, que altera dispositivos do Regimento Interno.

Deputado, está sem Parecer das Comissões Pertinentes. Solicito do Deputado Léo Moraes, para emitir Parecer.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Questão de Ordem, Presidente?

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Eu ia explicar depois que o Deputado Léo Moraes emitisse o Parecer. Mas vou explicar agora. Esse projeto já foi falado, que altera o Regimento desta Casa. O artigo 33: “As Comissões Parlamentares de Inquérito, serão constituídas de cinco membros, assegurando tanto quanto possível, a representação proporcional, partidos ou bloco parlamentar, que participem da Casa, incluindo-se sempre, um membro da Minoria”. Isto aqui está na Constituição Federal, Estadual, o Regimento no Artigo 8 e 21. Isso aqui não mudou nada, só estamos apenas dando a Redação. Artigo 49: “para as Matérias submetidas à Comissão, deverão ser nomeados relator no prazo de 48 horas”, tinha uma vírgula, dizia que “em Matérias urgentes não pode ter a questão do pedido de vista”, hoje, retiramos. Altera o Artigo 53: “conhecido o voto do relator, e qualquer membro da Comissão, poderá pedir vistas do processo, obedecendo o prazo que se refere os incisos I, II e III do artigo 48 do Regimento Interno. Parágrafo primeiro: “não considerar vista a quem já tenha obtido”. E o Artigo 103: “cada Comissão poderá realizar reunião de Audiência Pública, com entidade da sociedade civil, privada ou pública, para instruir Matéria legislativa”. Antes, era só sociedade civil, incluiu privada ou pública. Art.237: “poderá ser incluída automaticamente, na Ordem do dia, de ofício pelo Presidente, para discussão e votação imediata, ainda que iniciada a Sessão em que for apresentada, Proposição que verse Matéria relevante e inadiável de interesse estadual, desde que justificada por parte interessada, devendo ser deliberada pelo Plenário, a inclusão ou não da referida Matéria”. Então, não tem nada que possa prejudicar qualquer Deputado. Apenas para enaltecer as garantias Constitucionais, Regimentais desta Casa Legislativa. Então, somente isso. Não tem nada que aumente, onere ou que possa causar prejuízo.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Presidente, Questão de Ordem?

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Presidente, eu gostaria de sugerir, como nós estamos alterando vários Artigos desse Regimento desta Casa, que passe pelas Comissões para analisarmos com calma. Nós estamos alterando muitos, não sou contra nem a favor, eu não conheço. Então, eu acho que dar um Parecer aqui, não tem...

O SR. JESUÍNO BOABAID – Então, vamos aplicar o Regimento. Então, a Matéria que tiver aqui, sem Parecer hoje... A gente está tentando colocar, é um acordo. Então, não tem acordo, Deputado Adelino. Eu respeito todo mundo aqui, toda vez é a mesma situação. Então beleza, tranquilo. Então, todo projeto que tiver aqui hoje, não passa. Verificação de quorum se tiver. Isso aqui virou brincadeira, gente! Isso aqui não é... Eu fiz a leitura, expliquei pausadamente, toda vez é isso. Eu acho que a gente tem que se unir. O Deputado vem, qualquer Deputado que chegar, e disser, 'Deputado Jesuíno, está incluído em Pauta?' Fiz Requerimento e agora acontece esse tipo de coisa? Foi conversado. Foi ideia de todas as lideranças para que conversasse para trazer. Eu só estou sendo o precursor. Agora, porque o projeto é minha iniciativa, que inicie outro.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Eu só estou dizendo para a gente analisar com mais calma.

O SR. AÉLCIO DA TV – Eu acho que a situação é totalmente diferente, Deputado Jesuíno.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Não é. Não é!

O SR. AÉLCIO DA TV – Agora, se trata de uma coisa do nosso Regimento, da nossa forma de atuação, e interfere na vida de todos os Deputados, interfere na vida do funcionamento da Casa. Eu acho que todo mundo tem direito.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Em que, Deputado Aécio? Em quê? Que direito?

O SR. AÉLCIO DA TV – Em tudo!

O SR. JESUÍNO BOABAID - Está abrindo, é direito. Está abrindo direito.

O SR. AÉLCIO DA TV – Eu quero dizer que não sou contra também, como disse o Deputado Adelino, não sou contra.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Esses que estão para a CCJ não vão. Já vou pedir vista, antecipar meu voto.

O SR. AÉLCIO DA TV – Por enquanto, é a opinião só do Deputado Jesuíno. Todo mundo tem que achar que a sua opinião é a certa?

O SR. JESUÍNO BOABAID – Não, não, não é a minha opinião, é a opinião de todo mundo. Aqui é um órgão que eu respeito todo mundo. O que o senhor pedir aqui, a gente vai...

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Jesuíno, com licença. O Deputado Aécio, Deputado Lazinho vai estar com a palavra, logo após, já foi designado um relator, o relator vai dar o seu Parecer. O Relator dando o Parecer, qualquer Deputado pode pedir vista.

Deputado Lazinho.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO - Primeiro, depois que der o Parecer, não tem mais pedido de vista.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Tem pedido de vista sim. É o contrário. Conhecido o voto do relator, o senhor pede vista.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Primeira coisa, Deputado Jesuíno, esta Casa tem 24 Pares. Têm 24 Deputados, todos têm a mesma responsabilidade e o mesmo dever. O Governo em determinados momentos, Vossa Excelência sabe e nesta Casa é histórico, às vezes precisa que nós aqui tenhamos um posicionamento de responsabilidade de aprovar, em cima da hora, determinado projeto.

Isso é comum nesta Casa.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Não está tirando voto, não está tirando.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Vossa Excelência respeita a minha fala, agora, por favor.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – O Deputado Lazinho está com a palavra, Deputado Jesuíno.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Eu gostaria que realmente discutíssemos este Projeto melhor, entre os Deputados, aqui ou que passe pelas Comissões. Porque nós não podemos engessar, em alguns momentos, o Governo, por causa de atitude aqui, irresponsável nossa. Eu gostaria de pedir a Vossa Excelência, que compreendesse isso.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Questão de Ordem.

Vossa Excelência falou aqui que esta Casa... Está aqui o artigo 41 da Constituição Estadual: "o Governador pode solicitar urgência para apreciação do Projeto". Vamos lá: Parágrafo 1º - "Se no caso deste Artigo, a Assembleia Legislativa não se manifestar sobre a Proposição em até 45 dias, esta deverá ser incluída na Ordem do dia". O que está colocando aqui são 06 dias para o Projeto tramitar. Não tem nenhum prejuízo para ninguém. Aí, o que eu vejo aqui, e acabaram de me pedir, nós temos um consenso, delibera, reúne, aí vai? Não. Poxa, eu gente, sou um Deputado parceiro com todo mundo.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Jesuíno, antes de o Deputado Hermínio falar, só para contribuir, Deputado Hermínio. Esse Projeto, inclusive, Deputado Marcelino, Deputado Jesuíno, foi discutido com o Líder do Governo, sugestão dele, a maioria que está nesse Projeto do Deputado Jesuíno.

Agora, o Deputado Marcelino e depois o Deputado Hermínio.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Presidente, eu sugiro que suspenda a Sessão por um prazo mínimo, pelo menos de uns 10 minutos para que todos os Deputados tenham conhecimento do projeto do Deputado Jesuíno Boabaid. E é um projeto que mexe com o nosso Regimento, mas mexe para poder dar mais visibilidade aos Deputados.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Para as Comissões.

O SR. MARCELINO TENÓRIO - Então sugiro, Presidente, que suspenda por 10 minutos a Sessão.

O SR. HERMÍNIO COELHO – A questão é a seguinte, a questão da CCJ pode até, porque o Projeto de inconstitucional não tem nada. A questão, o que me preocupa aqui é exatamente são as mudanças que o Deputado Jesuíno está fazendo. Primeiro não impedem nada, Deputado Lazinho, da questão da urgência. Se um Projeto chegar aqui e os Deputados quiserem aprovar na mesma hora, podem aprovar, não impede nada o Projeto do Deputado Jesuíno, ele só melhora um pouco mais. Agora, o problema... eu acho impressionante aqui, a forma que esta Assembleia, descaradamente, assim, até desmoralizante a forma que a gente vive aqui de pernas abertas para o Governo. Aqui qualquer coisinha que pode, que não atrapalha o Governo em nada. Simplesmente, talvez a gente tivesse mais responsabilidade de analisar mais os Projetos. Ai eu já vejo os Deputados aqui dóidos, já com raiva das pessoas que propõem, sabe? Eu queria saber o que diabo que esse Governo tem para eu ver alguns colegas defender aqui. Parece que eles ficam com raiva. Tudo que... porque não atrapalha o Governo em nada, Deputado Cleiton. Não atrapalha em nada, o Projeto do Deputado Jesuíno não atrapalha o Governo em nada. Agora, hoje de manhã tem um Secretário do Governo, Presidente, tem um Secretário, Deputado Laerte, hoje pela manhã, Deputado Adelino Follador, o Secretário Pimentel estava lá na Secretaria de Saúde esculhambando, "meu amigo, já foi a vez de Deputado querer - está vendo? - o Deputado estava ontem lá falando do melhor homem do mundo, que é o tal do Vasques lá de Cacoal, e hoje já está aqui te pedindo favor aqui na Secretaria". É assim que o Pimentel, é assim que esse Governo trata os Deputados. E eu não, eu não quero que ele me trate bem.

O Sr. Adelino Follador – O senhor já elogiou muito o Pimentel. O senhor já elogiou muito o Pimentel.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Não, mas o que eu quero dizer aqui, cara, é que isso é uma vergonha. Isso é uma vergonha. Um Secretariãozinho de merda, chega, desmoraliza esta Assembleia, desmoraliza toda hora. Ai vem, ai eu vejo, porque o que o Deputado Jesuíno está propondo, meu amigo, é simplesmente, nós temos que melhorar esse nosso Regimento em tudo. Ele está muito atrasado. Até para deixar mais claras as coisas, Deputado Airton Gurgacz, sabe o que é que, muitas vezes eu não... Eu fico invocado com esse Governo é exatamente por isso, é porque trata mal os Deputados que tanto os defende. Porque para mim não, eu quero que ele me trate mal mesmo. Eu não quero que ele me trate bem, porque eu não... Eu fui a poucos dias na Casa Civil e me arrependi. Eu fui naquele Palácio,

pela primeira vez na semana passada, e me arrependi, me arrependi muito. Vai ser difícil eu pisar novamente naquele Palácio, enquanto aquele Confúcio Moura estiver lá. Ele trata... Mas vocês, a Deputada Lúcia, a Deputada Glaucione e outros Deputados aqui, da forma que defende esse Governo e esse Governo trata esta Assembleia de forma, não tem respeito nenhum por esta Casa. E na hora que a gente faz alguma coisa para tentar melhorar, vem tudo...

O Sr. Adelino Follador – Ninguém sabe se vai melhorar ou não.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – O Deputado Hermínio está com a palavra. Suspendo a Sessão por conveniência técnica e convoco reunião com os Deputados aqui no fundo. Antes da suspensão, com a palavra o Presidente Deputado Maurão.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO – Antes de suspender a Sessão, eu acho importante que quando se trata de alteração do Regimento, Deputado Jesuíno, a situação da Casa é importante que todos os Deputados estejam atualizados. Então, essa suspensão é importante. Eu queria só pegar um Aparte, Deputado Cleiton, na fala do Deputado Jesuíno. Às vezes o Deputado Hermínio faz o trabalho da oposição e às vezes eu falo que ele até exagera um pouco mais no seu trabalho como Parlamentar, fazendo trabalho de oposição. Mas isso que ele falou é verdade. O assessor da Deputada Lúcia, quando ele chegou, ele escutou o Secretário falando mal dos Deputados. Na verdade, podem falar, 'ah não, é o assessor'. Não é o assessor, porque ontem Vossa Excelência falou do trabalho que o Vasques está fazendo lá em Cacoal, que realmente a Casa não vai concordar e jamais nós vamos concordar. Secretário que é pré-candidato a prefeito, Deputado Só Na Bença, que é candidato a Prefeito, que a Saúde, o Hospital de Cacoal, é o Hospital Regional e que precisa de um tratamento, é regional, não é um trabalho da Secretaria do Hospital Regional Municipal. É um trabalho para todos os municípios da região do município de Cacoal. Agora, tem um médico para atender lá na Linha, final de semana, tem um enfermeiro, tem um técnico, e não é o papel do Hospital Regional, mas a hora que precisa alguém fazer um curativo... uma senhora ligou para mim, Deputado, e ela estava o dia todo, precisava de um médico para fazer um curativo, o médico não vai fazer o curativo, mas tem o enfermeiro. Não tendo o enfermeiro, tem o auxiliar de enfermagem, não tem auxiliar de enfermagem, tem a técnica de enfermagem e nenhum desses aí estava lá para fazer o curativo, nenhum deles. Por quê? Porque Diretor do Hospital, a partir da hora que ele tira a pessoa e faz um trabalho de desvio de função, que está indo fazer um trabalho extra, ele perde a moral dele até de cobrar os servidores que estão com o seu plantão no dia que deveriam estar. Porque tem servidor, se olhar lá na escala, tem servidor no plantão naquele dia. E porque é que a paciente, não estava sendo atendida? Então, o papel desta Casa é denunciar as coisas erradas, e isso é ajudar o Governo.

Isso não quer dizer que nós somos oposição. Eu fui Prefeito, eu tinha nove vereadores, e dos nove, tinha oito que era da base, mas tinha um da oposição. E esse da oposição ajudava porque, às vezes, quando o meu Secretário estava

dando mole, deixando as coisas acontecerem de uma maneira errada, talvez o Vereador da base fosse falar pessoalmente, não ia à Tribuna, mas o da oposição ia lá à Tribuna. E isso me dava mais força até para eu conversar e chegar a chamar atenção do Secretário e falar, “olha! Você viu o que o Vereador, ontem, falou na Tribuna do seu trabalho. Se alinhe, se ajeite porque isso está acontecendo mesmo”. O Secretário, na hora, ia se tocar e ia procurar corrigir o que estava sendo errado na sua pasta. Então, Deputado Cleiton, este é o papel desta Casa, é denunciar as coisas que não estão dando certo, o nosso papel é esse. E as pessoas ligam quando você está lá na base, você vê as pessoas e nós não podemos deixar ficar quieto por fazer parte da base aliada do Governo. Eu me considero como base aliada do Governo. Agora, eu não aceito as coisas erradas que estão dentro do Governo. E é isso que Vossa Excelência, como vice-líder do Governo fez nesta Tribuna ontem, denunciando. Se fosse a Deputada Glaucione, que tivesse ido à Tribuna ontem, ele ia dizer o seguinte: não, a Deputada Glaucione é pré-candidata a Prefeita e ela está denunciando as coisas da Saúde justamente porque eu sou candidato. Mas ainda bem que foi Vossa Excelência, que é lá do Município de Pimenta Bueno, que não aceita, porque os teus amigos, teus pacientes, as pessoas que moram em Pimenta Bueno estão sendo prejudicadas. O pessoal que mora na grande região de Pimenta Bueno, Espigão d'Oeste, São Felipe, Parecis, em todas essas regiões, Deputado Cleiton, estão falando para o Deputado Cleiton do atendimento do Hospital Regional. As pessoas que moram em Rolim de Moura, eu recebi na semana passada o Vereador aqui, me cobrando o atendimento do Hospital Regional. Então, o Hospital Regional é para atender todos os municípios. Se for preciso até daqui de Porto Velho, vai lá para o Hospital Regional. Já aconteceu do paciente ir daqui para lá. Então, é para atender os pacientes do Estado de Rondônia, não paciente fazendo uma política lá na Linha, que é política direcionada e isso nós não vamos aceitar, independente de ser meu amigo, conhecer o Vasques, não tenho nada pessoal contra, tenho uma grande admiração pelo Pimentel. Agora, nós não podemos tomar a dor de coisas que estão erradas. Se está errado, está errado, não adianta tomar a dor disso, está errado. Isso nós não vamos aceitar, política se faz no tempo certo. Se quiser fazer política, peça renúncia do seu cargo e vai para as Linhas fazer política, não usar o Hospital Regional. Isso nós não vamos aceitar. E o Pimentel nos desculpe, não adianta ficar magoado, sentido, falar alguma coisa para que chegue aos nossos ouvidos, que eu tenho uma grande admiração e sei que ele tem feito um grande trabalho, sei que a saúde melhorou com o trabalho do Pimentel, e assim eu tenho elogiado nesta Casa. E tenho falado para ele que ele até me enganou, até me surpreendeu, o próprio Deputado Hermínio falava assim: “O Pimentel fez um grande trabalho como Secretário”, sempre elogiou o trabalho do Pimentel. Agora, nós, quando errarmos, nós vamos falar pessoalmente e esta é a nossa voz, é a Tribuna desta Casa, e, portanto, nós estamos aqui cobrando e não vamos aceitar. De hoje para amanhã deve ter audiência nossa com o Governo do Estado, e eu vou falar com o Governador, Deputado Cleiton, eu quero que Vossa Excelência esteja presente, mais Deputados estejam presentes e que o Governo tome uma medida quanto a isso. Se ele quer continuar, pode continuar. Corrija o que está errado e deixa de fazer as coisas que não podem ser feitas,

que é a política que ele está fazendo com o servidor, com o Hospital Regional nas Linhas para atender os pacientes, deixando de atender os que estão lá. Então, não vamos aceitar mesmo. A Casa não concorda, e eu tenho certeza que é por unanimidade nesta Casa.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Só o Deputado Cleiton e nós já vamos...

O SR. CLEITON ROQUE – Senhor Presidente, eu gostaria que o senhor ainda aguardasse o que vou falar aqui. Porque quem conhece a característica do Deputado Maurão, sabe que o Deputado Maurão sempre foi conciliador e com certeza, dos Deputados do mandato passado, era um dos Deputados que mais ajudou o Governo Confúcio Moura nos últimos 04 anos. De fevereiro para cá, eu tenho acompanhado o dia a dia desta Casa aqui e não teve uma Matéria da Secretaria Estadual de Saúde que chegou aqui, que não tenha sido tratada como prioridade em todas as Comissões, por todos os Deputados e as coisas avançaram. A grande maioria dos Deputados aqui tem uma postura pacífica e realmente não estendeu as críticas ontem à pessoa do Secretário Pimentel, muito menos da equipe da SESAU aqui de Porto Velho que está à frente da Secretaria de Saúde. As críticas foram pontuais, e não foram à pessoa do Vasques, até porque não tem absolutamente nada contra ele. Agora, a minha insatisfação já foi externada ao próprio Vasques, ela já foi externada ao Secretário Pimentel, ela foi externada ao Governador Confúcio Moura, pessoalmente, primeiro, antes que eu ocupasse a Tribuna para falar. Porque na realidade eu, até como aliado de primeira hora, que somos do Governo do Estado, e somos base de sustentação dele nessa Casa aqui, para utilizar a Tribuna é porque eu já esgotei, Deputado Laerte, toda a minha condição de diálogo. Não dá para a gente continuar tampando o sol com a peneira, as coisas não estão bem ali. Não é, Deputado Laerte, Presidente da Sessão e Presidente Maurão, não é pela situação da falta de financeiro, da falta de apoio do Governo do Estado. É a maneira que está sendo gerido, por uma questão pontual, de ordem local, que tem que ser resolvida. Tem que ser resolvida e acabou, ponto final.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Só para concluir, porque a Sessão vai estar suspensa Presidente Maurão, mas só para falar das vossas palavras.

Quando Vossa Excelência sobe a esta Tribuna, defendendo, e Vossa Excelência como a maior liderança desta Casa, defendendo os Parlamentares, Vossa Excelência, Presidente Maurão, Vossa Excelência engrandece esta Casa e fortalece os seus Pares. A atitude de Vossa Excelência hoje é digna de aplausos de nós Deputados, porque saiu em defesa destes Parlamentares que lhe dão sustentação. Então, eu queria parabenizar e cumprimentar o Samuel, lá de São Francisco; cumprimentar aqui o Presidente da Câmara de Alvorada, o Cícero, mais os servidores de lá que estão acompanhando.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO – Deputado, eu só queria agradecer e registrar aqui a presença do Vereador Rafael, nosso amigo lá de Cacoal. Nós estamos falando aqui, Rafael,

de Cacoal, o Vereador César Condack e o Vereador Celso Adame Justamente, e vocês são testemunhas, nós não tivemos a oportunidade, só apenas cumprimentamos, justamente o que está acontecendo. Vocês que são de lá, sabem o que está acontecendo. E é isso que foi denunciado ontem aqui pelo Deputado Cleiton Roque. E foi aparteado, pelo menos, por 50% dos nossos Deputados. Mais de 12 Deputados apartearam e não concordam com o que está acontecendo hoje em Cacoal. Não adianta atender o paciente lá da Linha, lá da ponta da Linha 14, ir lá fazer uma política, e a hora que o outro se acidenta de moto, chega lá no hospital, não tem um enfermeiro, não tem o técnico de enfermagem, não tem o médico, não tem uma gaze, não tem um mercúrio para atender o paciente. Então, não adianta esse tipo de política. Isso é politicagem e esta Casa não vai aceitar, Vereador. O Governo do Estado que me desculpe, ele tem que tomar medida quanto a esse posicionamento do Diretor. E isso aqui está sendo debatido. Ontem foi o tema desta Casa e hoje voltamos discutir. Era isso.

Obrigado pela presença e se sintam à vontade que esta Casa é de vocês.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Dizer que a Sessão está suspensa por motivos técnicos, e pelo tempo que for necessário a Sessão será retomada.

Está suspensa a Sessão.

(Suspende-se esta Sessão às 12 horas e 02 minutos e reabre-se às 12 horas e 22 minutos)

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) - Está reaberta a Sessão.

Convido os Deputados que estão na sala de Reunião para virem ao plenário, os que estão nos gabinetes estão convidados a estarem no plenário.

Quero convidar a imprensa, os servidores desta Casa para nós visitarmos o novo prédio da Assembleia Legislativa às 14 horas. Então, fica aqui o convite aos servidores da Casa que queiram ir lá visitar o prédio, conhecer por dentro, por fora a nova construção, a nova Assembleia Legislativa, hoje com 72% da obra já construída, Paulo, 72%. Então, fica aqui o convite aos Deputados. Nós vamos encerrar a Sessão pelas 14 horas e aí nós vamos lá para a nova Assembleia.

Solicito ao Deputado Léo para emitir Parecer no Projeto de Resolução 035/15 pelas Comissões Pertinentes.

O SR. LÉO MORAES – Senhor Presidente, trata-se de Projeto de Resolução do Deputado Jesuíno Boabaid, que altera dispositivos do Regimento Interno, Projeto de Resolução nº 35/2015. E pelas Comissões Pertinentes nós aprovamos, damos Parecer favorável ao referido Projeto de Resolução, Senhor Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão o Parecer do Projeto de Resolução nº 035/15. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Aprovado o parecer.

Em discussão o Projeto. Votação única, simbólica. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestam.

Aprovado.

Vai ao Expediente.

Próxima Matéria.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 032/15 DA MESA DIRETORA - Altera a tabela 5 do anexo I da Lei Complementar nº 730, de 30 de setembro de 2013, com Emendas.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Esse aqui já está com o Parecer, o Projeto de Lei Complementar nº 032/15. Mas falta Parecer da Comissão de Finanças.

Deputado Cleiton Roque para emitir Parecer pelas Comissões Pertinentes.

O SR. LAERTE GOMES – Leia a Matéria para nós sabermos, Deputado.

O SR. CLEITON ROQUE – Projeto de Lei Complementar nº 032/15 da Mesa Diretora. Ementa: altera a tabela 5 do anexo I da Lei Complementar nº 730, de 30 de setembro de 2013.

Na realidade, Senhor Presidente, está fazendo correção na Corregedoria da Assembleia Legislativa, inclusive diminuindo os valores das gratificações do pessoal de dois cargos da Corregedoria.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Reduzindo os cargos também, de 34 para 27, na Corregedoria.

O SR. CLEITON ROQUE – Exatamente. Mediante a essa situação, o Parecer da Comissão de Finanças e Orçamento é favorável quanto à Matéria.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão o Parecer.

Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestam.

Aprovado o Parecer.

Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei Complementar nº 032/15, com Emendas. Votação nominal. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário ad hoc) – Votação simbólica, Senhor Presidente?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – A votação é nominal.

O SR. LAERTE GOMES – Presidente, que Projeto é esse? Qual é o Projeto?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – É o Projeto que altera a tabela dos cargos lá da Corregedoria. São 34 cargos e nós estamos diminuindo para 27. Foi um ajuste lá. É Lei Complementar, a votação é nominal.

O SR. LAERTE GOMES – Já está com o Parecer das Comissões? Já, não é?

O SR. HERMÍNIO COELHO – Deputado Laerte, o Deputado Cleiton acabou de dar o Parecer pelas Comissões no Projeto. Vossa Excelência não viu não?

O SR. LAERTE GOMES – Vossa Excelência, veja o comportamento de Vossa Excelência aí. É o papel de quem está dando Parecer, secretariando e presidindo. Meu Presidente, com certeza, não reclamou. Olha lá a alegria dele.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Como é que é?

O SR. LAERTE GOMES – Vossa Excelência, hoje, nos encantou e nos fortaleceu com o seu discurso, nesse púlpito. O discurso de Vossa Excelência defendendo os Deputados hoje, foi... Está de parabéns, Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em votação o Projeto de Lei Complementar 032/15. O painel está aberto.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputado Aécio da TV	- sim
- Deputado Airton Gurgacz	- ausente
- Deputado Alex Redano	- sim
- Deputado Cleiton Roque	- sim
- Deputado Dr. Neidson	- ausente
- Deputado Edson Martins	- ausente
- Deputado Ezequiel Júnior	- ausente
- Deputada Glaucione	- ausente
- Deputado Hermínio Coelho	- sim
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Jesuíno Boabaid	- sim
- Deputado Laerte Gomes	- sim
- Deputado Lázinho da Fetagro	- sim
- Deputado Lebrão	- ausente
- Deputado Léo Moraes	- sim
- Deputada Lúcia Tereza	- ausente
- Deputado Luizinho Goebel	- ausente
- Deputado Marcelino Tenório	- sim
- Deputado Maurão de Carvalho	- sim
- Deputado Ribamar Araújo	- sim
- Deputada Rosângela Donadon	- ausente
- Deputado Saulo Moreira	- ausente
- Deputado Só Na Bença	- sim

Com 13 votos favoráveis está aprovado em primeira votação.

Vai à segunda discussão e votação.

Próxima Matéria, senhor Secretário.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI 194/15 DA MESA DIRETORA - Concede complementação salarial à servidores da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – No Projeto de Lei 194/15. Falta Parecer pelas Comissões Pertinentes. Solicito ao Deputado Adelino Follador para emitir Parecer pelas Comissões Pertinentes.

O SR. LAERTE GOMES – Leia o Projeto para nós, Nobre Relator.

O SR. ADELINO FOLLADOR – É da Mesa Diretora também. Concede complementação salarial aos servidores da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia. Esse aqui, os agentes de serviços de segurança, que estão exercendo a função e não são agentes de segurança. Então, é a gratificação que está sendo, é uma questão de justiça, em função de que eles exercem o mesmo trabalho e não têm a mesma gratificação. Então, está igualando, equiparando. Está de parabéns, o Presidente, e somos de Parecer favorável. Estou dando o Parecer pelas Comissões pertinentes, Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – O Deputado Adelino emitiu Parecer favorável pelas Comissões Pertinentes. Em discussão o Parecer. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Aprovado o parecer.

Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei 194/15. A votação é simbólica nesse Projeto. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários que se manifestem.

Aprovado em primeira discussão e votação.

Vai à segunda votação.

Próxima Matéria, senhor Secretário.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 027/15 DO PODER EXECUTIVO/ MENSAGEM 165 - Altera a denominação da Superintendência Estadual da Paz - SEPAZ e dá nova redação à Lei Complementar nº 827, de 15 de julho de 2015. Já se encontra com o Parecer de todas as Comissões pertinentes, senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES – Existe ainda a Secretaria da Paz? Eu queria descobrir a função dela, porque até agora eu ainda não sei.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Falta o Parecer da Comissão de Finanças. Vou pedir ao Deputado Aécio da TV para emitir o Parecer pela Comissão de Finanças. Deputado Aécio, Vossa Excelência que conhece bem a Secretaria da Paz, aonde é que fica a Secretaria da Paz? Alguém conhece aqui, dos Deputados?

O SR. AÉLCIO DA TV – Esse Projeto de Lei Complementar visa à mudança da nomenclatura da Secretaria da Paz, mas o principal dele é a mudança para a Secretaria de Saúde, não é? Que ela gere o recurso do Fundo Nacional de Combate às Drogas. Como ela estava em outra Secretaria, tinha dificuldade para conciliar. Então, ele é somente para mudar a nomenclatura. Não tem nada de anormal e por isso o meu Parecer é favorável. Já verificamos em outras Comissões, fizemos avaliação em outras Comissões, não tem nada, não altera nada do que é hoje, só a nomenclatura.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Deputado Aécio, relator, só para saber bem certinho.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO – Em discussão o Parecer do Deputado Aécio.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Para discutir, Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO – Deputado Jean Oliveira.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Só para salientar bem, eu conversei um dia com Vossa Excelência, Vossa Excelência disse para mim que ela saía da Saúde e ia para a SEAS, é isso mesmo? É isso que tem que se verificar.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Questão de Ordem. Deputado Jean, eu vou pedir vista deste Projeto. Pedir vista e os Deputados que tiverem dúvida pode pedir uma cópia para tirar as dúvidas, pedindo vista.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Está concedida.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Porque, eu não sei para que, como é que é o nome da Secretaria? Ainda existe essa Secretaria?

O SR. JEAN OLIVEIRA – Superintendência, não é uma Secretaria. É uma Superintendência.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Eu sei.

O SR. AÉLCIO DA TV – Ela passou por nossa Comissão, na Organização Administrativa. Na Organização Administrativa nós fizemos, eu fui o Relator com o Parecer favorável, com os votos do Deputado Léo Moraes, Lázinho do Fetagro e meu, porque ela só altera mesmo a denominação. Ela não tem, não traz nada demais, não altera...

O SR. ADELINO FOLLADOR – Passada da Saúde para a SEAS, como é que é? Ou da SEAS para a Saúde?

O SR. AÉLCIO DA TV – É só alteração da nomenclatura. É só o nome mesmo que muda para...

O SR. ADELINO FOLLADOR – Continua na Saúde, então?

O SR. AÉLCIO DA TV – É. Só a nomenclatura.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Não, mas está pedido vista assim mesmo.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Presidente, só para... Na verdade a SEPAZ, eu quero que Vossas Excelências entendam. É uma Secretaria, uma Superintendência que deveria ser extinta. Isso não tem o mínimo de valor. É um mero... pode ver o monte de CDS que tem, que eles estão ajustando, está aí no corpo da Matéria. Para mim, o Governo, é assim, não se pode orquestrar o que o Governo vai fazer, mas a SEPAZ é uma, foi Secretaria,

agora é Superintendência, que para nós, a visibilidade não é nenhuma. Então, deveria ser extinta e apagada do Governo.

O SR. LÉO MORAES – O Deputado Jesuíno está certo. É um local inócuo, não tem utilidade, não tem serventia para o Governo do Estado e tampouco para a sociedade. Concorro também com o Deputado Jesuíno.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Na verdade...

O SR. ADELINO FOLLADOR – Eu quero falar que na vez, que é Secretaria, que a Secretaria foi criada para buscar criada para buscar recurso federal... Uma vez eu participei, teve um Deputado Federal na legislatura passada, com 08 mandatos lá do Nordeste, que faz um trabalho de combate às drogas e muito bom. E o Governo Federal tinha um recurso e prometeu, e como ele comanda lá no Ministério esse recurso, prometeu que mandaria 200 bolsas para Rondônia. É um valor X para cada, para pagar para as entidades que fazem esse trabalho. Mas acontece que nunca foram buscar esse recurso. Eu defendi, inclusive a criação, na época, da Secretaria da Paz, porque eu participei do debate e esse Deputado Federal, nossa senhora, colocou uma coisa que funciona lá. Mostrou o centro, a estrutura que tem e que o Governo Federal teria recurso para mandar aqui para nos ajudar. Acontece que só ficou na conversa. Agora que está começando a cadastrar o pessoal lá em Ariquemes, que tem algum trabalho, mas muito devagar. Até hoje, se perguntar para a Secretaria da Paz quantas pessoas foram tratadas com problema de droga, eu tenho certeza que não foi nenhuma, eu acho. É essa a minha preocupação. Mas é um debate que tem que ser feito.

O SR. ALEX REDANO – Senhor Presidente, nobres Deputados, a questão da SEPAZ realmente nós notamos que estava muito ineficiente. Mas com essa nova gestão, Presidente, nós participamos de algumas reuniões em Ariquemes e eles procuraram os próprios grupos, as próprias entidades que fazem esse trabalho e está começando, pelo menos em Ariquemes, a surtir algum efeito. Até fiz compromisso de colocar Emendas Parlamentares para eles fazerem esse trabalho junto com as entidades.

Em Ariquemes tem um grupo chamado Grupo Zadoque, eles são motoqueiros, são 60, 70 motoqueiros e eles estão fazendo um trabalho *in loco*, indo nas madrugadas, pegando as pessoas que estão em situação de rua. Estão fazendo essa orientação e eles têm dificuldade, principalmente com psicólogos, com psiquiatras. Em Ariquemes, estaremos fazendo uma união, a SEPAZ com o CAPS municipal, com a Secretaria de Ação Social e principalmente essas entidades. Participou da reunião, uma entidade da Assembleia de Deus, participou uma entidade formada por várias igrejas evangélicas, - como é que é o nome? Amorave, a entidade Amorave. E eu penso que com o empenho nosso, principalmente o nosso em infiltrar essas entidades e se a SEPAZ abraçar essas entidades, pode sim fazer um trabalho bom. Essas entidades, com o trabalho delas, elas fazem o Governo economizar. Com um trabalho de uma entidade, que vai fazer um trabalho X, se fosse o Governo fazendo, gastaria cinco vezes mais, e as entidades não. As entidades têm o principal, que é o material humano gratuito.

Essas ad hocs, são 60 pessoas que levantam de madrugada, uma, duas horas da manhã e vão fazer o trabalho de rua. E isso, senhores, é a grande dificuldade. Você não vê um funcionário público fazendo esse trabalho, porque ele tem que cumprir o seu horário e está com a razão. Então, eu creio que a SEPAZ pode ser eficiente, principalmente unindo e trabalhando junto com essas entidades.

Obrigado, senhor Presidente.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Presidente, só para concluir. Quero fortalecer o que o Deputado Alex Redano falou. É importante, no meu ponto de vista, é importante a SEPAZ. Precisa-se trabalhar ela, o Deputado Adelino Follador disse muito bem, eu me lembro dessa reunião, Deputado, a importância dela era conveniar com as entidades que já estão em funcionamento, que já fazem esse trabalho independente do Governo. O Governo somente iria incorporar, iria colaborar com convênios, iria ajudar muito essas entidades. Então, eu penso que antes de tomar uma medida radical de excluir, de extinguir, eu acho que nós poderíamos nos reunir com atual gestão e conversar. O que é importante também é que tendo a SEPAZ como uma Superintendência, nós temos onde colocar nossas Emendas para ajudar também as pessoas que são dependentes químicos. Em cada região tem, com certeza absoluta, lá em Rolim de Moura tem a CERNA, já foi ajudado uma vez com 150 mil reais, pelo Governo através da SEPAZ, só que isso precisa ser intensificado, precisa ter mais ação. Hoje, infelizmente, a SEPAZ está muito paralisada, ela precisa ter mais ação.

O SR. AÉLCIO DA TV – Quando a SEPAZ foi mudada da Secretaria de Segurança para esse Projeto, que ele muda para a Secretaria de Saúde, a preocupação, quando eu fui relator lá Organização Administrativa, era com relação ao PROERD. Porque o PROERD é ligado à Secretaria de Segurança e ela passando para Secretaria de Saúde, a preocupação é se ela poderia continuar com o PROERD. A necessidade de ela passar para a Secretaria de Saúde foi por causa do Fundo Nacional de Combate às Drogas que é passado para a Secretaria de Saúde, não é passada para Secretaria de Segurança Pública. Por isso a mudança da nomenclatura, não tem nada a ver, só mudou o nome. Mas o importante foi essa mudança para a Secretaria de Saúde, para receber o Fundo Nacional de Combate às Drogas. E a minha preocupação na hora, era se o PROERD poderia continuar existindo mesmo a SEPAZ e esse Fundo passando para a Saúde. E aí eu fui informado pela Secretaria que não tinha problema nenhum, continuaria havendo um convênio para manter o PROERD.

O SR. ADELINO FOLLADOR – O PROERD é pela Educação.

O SR. LAERTE GOMES – Presidente, pediu vista. A próxima Matéria, não pode estar em discussão. Vossa Excelência tem que cumprir o Regimento da Casa. Pediu vista e está discutindo a Matéria?

O SR. CLEITON ROQUE – Questão de Ordem, Presidente?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) - Deputado Cleiton Roque.

O SR. CLEITON ROQUE – Senhor Presidente, entendemos e respeitamos a posição de todos os Deputados aqui, e é natural, é um direito a questão do pedido de vista na questão de dúvida, enfim. Mas é uma Matéria que não trata nada de orçamentário, como já foi explicado pelo Deputado Aécio, não tem encargo, é uma questão de ordem técnica. Eu faria o pedido ao Deputado Hermínio, se possível, que retirasse o pedido de vista, a gente votava essa Matéria hoje. Também, se não retirar... Essa matéria está aqui faz algum tempo já.

O SR. LAERTE GOMES – Eu vou pedir para o Deputado Hermínio retirar a vista. Então...

O SR. HERMÍNIO COELHO – Deputado Aécio da TV, Vossa Excelência analisou, é isso mesmo que Vossa Excelência está dizendo?

O SR. AÉLCIO DA TV – Tinham dois problemas que antes de eu dar o Parecer, eu consultei. O primeiro, era saber do PROERD, porque como ia mudar para Secretaria de Saúde, eu queria saber se ia continuar o PROERD. Porque como o PROERD, são os Policiais Militares que tocam o PROERD, eu queria saber se o PROERD ia ter recurso, se ia manter. Falou que não tinha problema nenhum, que continuava com o convênio para execução do PROERD. A necessidade de mudar para a Secretaria de Saúde é por causa do Fundo Nacional de Combate às Drogas, que é recebido pela Secretaria de Saúde, não é recebido pela Secretaria de Segurança. Por isso que houve essa mudança de Secretaria, mas a estrutura é a mesma, não altera nada, só muda o nome de SEPAZ, que isso foi uma coisa técnica que fizeram, mas não altera cargo, não altera nada. Tem uma cópia, essa cópia, se Vossas Excelências verificarem, eu verifiquei, eu fui lá conferir, dentro daquela Reforma Administrativa, essa lista está exatamente a mesma coisa, ela é igualzinha, não altera absolutamente nada.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Então, Deputado Hermínio, pronto para retomar o Projeto. O Deputado lhe convenceu, o Deputado líder, o Deputado Aécio.

O SR. JESUÍNO BOABAI – Eu só vou falar aqui Deputado Aécio. Eu concordo de forma... A gente tem que analisar o Projeto, e aí eu vou até dizer que o Governo, nesse Projeto em si, fez o seguinte: total de cargos, 221... Calma me deixa falar. Aí, na Superintendência, 40 cargos. Nós somos de comum acordo que houve a redução aqui. Superintendência Estadual de Promoção da Paz, total de cargos, 40. Então, de 221 foi para 40. Então, é viável, Deputado Hermínio. Quando há redução para o Estado... Mas mesmo assim fica a minha crítica. Vai reduzir, mas é uma Superintendência que vai ser inócua, igual falou o Deputado Léo Moraes, vai ser só para... Então, o senhor que sabe, o senhor vai tirar o pedido de vista?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Está retirada a vista, Deputado Hermínio?

O SR. HERMÍNIO COELHO – Está, a pedido dos companheiros, porque se teve até redução. Eu, para falar a verdade, eu não consigo acreditar que o cara reduziu de 220 para 40.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Não, era demais também. Olha, eu vou pegar até um Aparte aqui, Deputado.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Mas já está retirada a vista, o pedido de vista.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – O ano passado, o ano retrasado, Deputado Ribamar, o pessoal lá de Candeias, de Jaci vieram me pedir porque esses negócios das usinas, ficou muita gente para trás, que perderam a família, que entrou na droga. E alguns, o Pastor Joel me disse que alguns estavam amoitados dentro do colônio, dentro do mato, e alguns estavam matando outros, uns matando outros lá dentro, de tanta droga. Eu chamei a Secretária da Paz, que é lá do Município de Cacoal, e eu pedi para ela fazer uma visita, visitar esse pessoal. Com esse tanto de funcionários, gente, eram duzentos e poucos. E sequer fizeram uma visita lá em Jaci-Paraná para ver os coitados dos drogados morrendo dentro do mato. O papel dela é fazer isso. Nós estamos mudando a nomenclatura, é justamente para ver se consegue, Deputado Lazineiro, conseguir recurso do Governo Federal porque eu sei que não tem dinheiro para isso. Agora, na verdade, até agora ela não funcionou. Nós jogamos dinheiro fora. Ainda bem que os que trabalharam lá, pelo menos, sustentaram suas famílias. O servidor que está lá, e hoje com o quadro de 40, ainda, é bastante pelo trabalho que ela está fazendo. É muito pouco o trabalho da Secretaria da Paz, que desempenhou até agora. Eu não vi nada até agora. Apenas uma vez que eu precisei que ela fosse até lá em Jaci, nem isso aconteceu, não apareceu nenhum funcionário lá para ver os coitados dos miseráveis que estavam morrendo na droga lá. Então, quando tem algum problema desse aí, sabe o que a gente faz? A gente pede socorro às igrejas. Aqui temos o Refúgio Canaã, aqui tem o Centro de Recuperação, que muitas famílias quando não aguentam mais o filho drogado em casa, ele quer um lugar, e a gente tem pedido às igrejas, e as igrejas têm socorrido através do seu Centro de Recuperação. E essa Secretaria até agora, não... Até hoje eu não vi, nem uma nota, alguma coisa, se ela fez pelo menos um convênio, alguma parceria com algum Centro de Recuperação. Na hora que ela tiver uma pessoa que está drogada, dando problema para família, para as pessoas, ela pede o socorro do Centro de Recuperação. Então, eu acho que, no mínimo, ela tinha que fazer isso. E até agora é uma Secretaria que não serviu para nada. Bem da verdade, se funcionar vai ser daqui para frente, mas infelizmente é uma Secretaria, eu acho que é preciso que ela venha funcionar, porque já faz mais de 3 anos que nós aprovamos essa Secretaria e se tornou apenas, simplesmente uma cabine de emprego.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Eu quero uma Questão de Ordem, Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Eu quero dizer que foi mudado o chefe, hoje é o Valdo, se eu não me engano, entrou no lugar

da Maria da Penha, e tomara que ele faça um trabalho. O Valdo, até que é um cara trabalhador, pelo que eu conheço ele, dar um voto de confiança porque ele assumiu esses dias, isso que o Deputado Alex Redano falou, ele esteve lá em Ariquemes e esperamos que ele faça parcerias. Quando foi criada, tinha 87 cargos. Fui um dia lá e me informaram que tinham 87 cargos, agora reduziu para 40. Espero que essas pessoas, essas 40, sejam pessoas que consigam psicólogos, assistentes sociais, pessoas que possam trabalhar em cima dessa área que é muito importante.

Obrigado.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão, Deputado Laerte.

O SR. LAERTE GOMES – Eu estou aqui aguardando Presidente, Vossa Excelência falar com o alto clero. Eu só queria...

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Eu espero que agora, com essa mudança de nomenclatura, pelo menos grande parte, pelo menos alguns dependentes químicos possam ser atendidos, são pessoas que...

O SR. LAERTE GOMES – Senhor Presidente, só para a discussão, já que nós estamos discutindo, vamos discutir. Eu, quando Vossa Excelência fala que é um cabide de empregos, eu só tenho que avaliar embaixo. Já que Vossa Excelência falou, com certeza é isso.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Até agora é... Eu não vi nenhum dependente químico falar: Olha, a Secretaria da Paz atendeu alguém da minha família que é dependente químico. No entanto, vejo aí, o Centro de Recuperação das igrejas que têm feito voluntariamente.

O SR. LAERTE GOMES – Vossa Excelência está coberta de razão, e eu vi aí, diz que o Governo está preparando um projeto para aumentar impostos. Eu acho que antes deveria ser preparado um projeto para cortar gastos, para cortar gastos. Antes de nós irmos lá, querer cobrar a conta do cidadão rondoniense, nós temos que fazer o dever de casa, que é diminuir a máquina pública.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão o Parecer. Em votação o Parecer. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Aprovado o Parecer.

Em primeira discussão e votação. A votação já está aberta.

Projeto de Lei Complementar nº 027/15. Votação nominal.

Está mudando só a nomenclatura, no Projeto. Quem sabe se com a nomenclatura mudando, pode conseguir algum recurso. Porque também, se não tiver recurso, como vai trabalhar?

O painel está aberto.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputado Aécio da TV	- sim
- Deputado Airton Gurgacz	- sim
- Deputado Alex Redano	- sim
- Deputado Cleiton Roque	- sim
- Deputado Dr. Neidson	- ausente
- Deputado Edson Martins	- ausente
- Deputado Ezequiel Júnior	- ausente
- Deputada Glaucione	- ausente
- Deputado Hermínio Coelho	- não
- Deputado Jean Oliveira	- sim
- Deputado Jesuíno	- não
- Deputado Laerte Gomes	- sim
- Deputado Lazinho da Fetagro	- sim
- Deputado Lebrão	- ausente
- Deputado Léo Moraes	- sim
- Deputada Lúcia Tereza	- ausente
- Deputado Luizinho Goebel	- ausente
- Deputado Marcelino Tenório	- sim
- Deputado Maurão de Carvalho	- sim
- Deputado Ribamar Araújo	- sim
- Deputada Rosângela Donadon	- ausente
- Deputado Saulo Moreira	- ausente
- Deputado Só Na Bença	- sim

Aprovado com 13 votos favoráveis, 02 votos contrários.

Vai à segunda discussão e votação.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Questão de Ordem, Presidente?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não, Deputado Jean.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Presidente, só queria ressaltar que o pedido de vista poderia ser modificado também o projeto que proíbe o projeto original, mesmo indo para as mãos da pessoa que pediu vista, do parlamentar que pediu vista. Hoje vai uma cópia somente desse projeto. Eu acho isso equivocado. Eu acho isso errado. Foi aprovado na Legislatura passada, mas eu acho incorreto. Eu queria me manifestar aqui, dizendo que havendo a reforma do Regimento Interno, que se modifique isso também.

O SR. AÉLCIO DA TV – Questão de Ordem, Presidente?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. AÉLCIO DA TV – Eu quero fazer um breve comentário, Presidente. Ontem nós tivemos uma Matéria na Folha de São Paulo que fala dos endividamentos dos Estados brasileiros. Enquanto se discute tanto sobre crise, os Estados continuam, cada vez, gastando mais. E na reportagem da Folha de São Paulo, mostrava que apenas dois Estados do Brasil têm feito cortes para equilibrar as contas. O Estado do Rio de Janeiro, que é um Estado que já está em estado avançado de decomposição, porque com a perda do petróleo, dos royalties

e tudo, está em situação difícil. E falava da situação do Estado de Rondônia. Hoje considerado o Estado mais equilibrado do Brasil, tanto em dívida como em cortes. O Governo do Estado de Rondônia, em 2015, proporcional a sua receita e proporcional ao seu orçamento, foi o Estado brasileiro, isso a Folha de São Paulo, os seus economistas fazendo a avaliação, foi o Estado que mais fez corte para equilibrar as contas públicas. Apenas para fazer, para colocar isso porque foi uma Matéria que eu achei interessante. Eu gosto muito de Economia, Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Questão de Ordem, Presidente?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Deputado Hermínio.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Em cima do que o Deputado Aécio está falando, eu queria saber onde é que fica a Folha de São Paulo, arrumou isso? Eu não acredito, porque nem o Governo sabe disso. Agora, o Governo deve sair se vangloriando por aí, dizendo...

O SR. AÉLCIO DA TV – Ela dizia, por exemplo, que o Distrito Federal, apesar de estar quebrado, aumentou as suas despesas em 48% de custeio. Isso é acompanhado pelos portais de transparência. E eles, 48%, quebrado, sem poder pagar, devendo, fazendo só dívida, e um aumento de 48%. E falava que os únicos Estados que estavam na contramão da história eram o Rio de Janeiro e Rondônia.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Presidente, Questão de Ordem?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não, Deputado Jesuíno.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Deputado, só Questão de Ordem. Só para o Deputado Lazinho, o vice do Governo ver que nós somos esmagados, a prova, 13 votos e falta a Deputada Rosângela, falta... Então, essa questão do Regimento, sempre vai ter o voto da maioria ou da minoria. Então, não tem nenhum prejuízo para a gente. Como bem disse o Deputado...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Está em discussão o Projeto do Regimento, Deputado? Está ou não?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Eu vou pedir aos Deputados que não saiam do plenário, porque nós temos a segunda votação. Senão vai ficar prejudicado o projeto.

O SR. AÉLCIO DA TV – E temos a Extraordinária para votar o PPA, não é, Presidente? Que é obrigado a votar hoje. Amanhã é o prazo para devolver, dia 15 de outubro.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Registrar aqui a presença do amigo nosso, Vanir Cavalheiro, aqui no plenário, do PMDB. O Cavalheiro é antigo aí do PMDB. Fique à vontade.

O SR. SÓ NA BENÇA – Questão de Ordem, Presidente?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. SÓ NA BENÇA – Quero também cumprimentar o Vereador Tonhão de Querência, lá de Primavera de Rondônia; Djanir e os demais. Em nome de vocês, eu cumprimento todos os presentes.

Obrigado.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Próxima Matéria, senhor Secretário.

O SR. JESUÍNO BOBAID (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI 181/15 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 186 - Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por anulação até o montante de R\$ 33.224.111,88 em favor das Unidades Orçamentárias, Superintendência de Gestão de Suprimentos, Logísticas e Gastos Públicos Essenciais – SUGESPE, Secretaria de Estado de Segurança, Defesa e Cidadania – SESDEC, Polícia Civil – PC, Fundo Estadual de Saúde – FES, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental – SEDAM, Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária, Desenvolvimento e Regularização Fundiária – SEAGRI, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia – EMATER e Fundo Penitenciário – FUPEN.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Projeto de Lei do Poder Executivo nº 181/15.

Solicito ao Deputado Marcelino Tenório que emita o Parecer pelas Comissões Pertinentes.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Presidente, só para constar, esse Projeto. Tem algum Parecer de alguma Comissão? Está furando toda a discussão inicial que a gente combinou de que os Projetos teriam que tramitar.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – O Projeto de Lei, Deputado Jean, estava com o Deputado Marcelino que é o Presidente da Comissão de Justiça, para emitir o Parecer. Na verdade, na verdade esse Projeto, a Vanda lá da SEDAM veio aqui conversar com a gente porque se hoje nós não votarmos... é para estar pronto esse Projeto até sexta-feira, é uma parceria que o Governo do Estado fez com o Exército no Projeto do Zoneamento. Dizem que é um Projeto fantástico que é, na verdade, Vossa Excelência que é o Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Vossa Excelência sabe que nós vimos cobrando do Governador do Estado a regularização do Zoneamento. E para que isso venha acontecer depende desse orçamento o valor é R\$ 2.400.000,00. Só que para este ano é R\$ 600.000,00, que está embutido nesse Projeto. Até, agora a pouco, eu chamei atenção do Secretário Adjunto de Planejamento, quando é um Projeto importante como esse, de emergência, e esta Casa sempre votou os Projetos de emergência para resolver o problema de Orçamento do Estado e nós temos aí o pagamento, o Deputado Adelino está falando, da Emater que é folha também, não é?

O SR. LAERTE GOMES – Da Emater já votou na semana passada. São oito milhões que o Governo tem que mandar.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Então, na verdade, o que é que o Governo tem que mandar? Eu chamava atenção agora apouco do Secretário de Planejamento, Projeto importante como esse não manda junto com outros Projetos. Um valor de 33 milhões, aí a gente tem dificuldade, Deputado Lazineiro, de aprovar aqui, porque é um Projeto grande. Uma coisa puxa a outra e acaba dificultando. E aí, quando o Deputado Jean reclama de não passar nas Comissões, é por causa disso, e o nosso jeito é aprovar para não prejudicar o Estado.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Presidente, Vossa Excelência é um Presidente sereno, é um Presidente que está fazendo o pronunciamento correto. Só que como Vossa Excelência diz que conversa com os Secretários do Governo, isso é estratégia. Isso não é por acaso, isso é proposital. Já pensou a gente aprovar um Projeto de 33 milhões de reais, por causa de 600 mil? É brincadeira! Senhor Presidente, eu tenho batido muito, defendendo o Zoneamento, que é a revisão da 2ª Aproximação para a gente chegar a tão esperada 3ª Aproximação, essa é a solução dos problemas. É uma das soluções dos problemas fundiários e agrários deste Estado, no entanto, senhor Presidente, a gente fica observando isso aí, está utilizando o Orçamento de Emenda Parlamentar de Bancada para poder fazer um remanejamento, para adequar coisas importantes como essa. Aí eu me pergunto, Presidente, é justo esse tipo de votação? A gente sabe que é importante, mas é justo? Então, eu queria dizer aqui...

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Concordo com Vossa Excelência em parte.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Então, eu queria dizer aqui que a Comissão tem esse objetivo. É chamar o Secretário, e falar: 'não faça isso, esse tipo de ação é equivocada. Os Parlamentares, nenhum estão aqui de brincadeira, mas estão aqui para trabalhar, querem ajudar o Estado', mas não com esse tipo de manobra, porque isso é manobra, isso é manobra. Está lá até hoje uma Emenda minha de R\$ 833.000,00 (oitocentos e trinta e três mil reais), e hoje já é outubro, já estamos mais da metade de outubro, esperando a boa vontade do Secretariado definir se vai existir um complemento para fechar a Emenda ou não, por parte do Governo. Porque tem compromisso do Governo do Estado com Porto Velho e minha Emenda de 833 mil reais, que Vossa Excelência sabe que hoje juntar 833 mil reais é muito difícil, e está aí, 15 de outubro e até agora nada feito. Isso é um exemplo. Isso é um exemplo, Presidente, da realidade, do descaso que fazem com as demandas que os Deputados levam até o Governo, tão importantes quanto essa. Mas fica aqui o meu manifesto, é óbvio que o Plenário é soberano, mas fica o meu manifesto dizendo que a vida inteira nós vamos ser patroleiros e nós nos fazemos de enganados. Porque estamos sendo enganados e a gente sabe, a gente se faz de enganado.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Questão de Ordem, Presidente?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não, Deputado Hermínio.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Eu só queria, já que a confusão é isso aí, só se fizermos uma Emenda e autorizar o remanejamento só para os R\$ 600.000,00 da SEDAM e o dinheiro lá da Emater, que parece que é da folha da Emater do mês de outubro. Só fazermos uma Emenda, autorizar esse, tira o resto. Pode Manvailer?

O SR. JEAN OLIVEIRA – Eu concordo plenamente.

O SR. HERMÍNIO COELHO - Pode fazer isso? Não, porque esse Projeto eu ia pedir vista nele. Eu não vou pedir vista porque o meu amigo Deputado Marcelino pediu e eu não quero... Mas é isso mesmo Deputado Jean. Aí vem com esse papo de 600 mil reais, aí mete um trem desses em cima de 600 mil. É como eu falei, Vossa Excelência está correto, Deputado Jean. E o que é que a gente quer? A gente quer atrapalhar o Governo? Não. Mas o Governo não pode tratar esta Casa desse jeito. Mas pior somos nós, do jeito que vem a gente aprova na íntegra, sem nem esprepear. É isso que é difícil.

O SR. JEAN OLIVEIRA – E outra coisa, outra coisa importante dizer, as Emendas de Bancada não têm sido liberadas, isso aí a gente sabe. Agora, é injusto que uma demanda apresentada por um Parlamentar aqui não seja analisada e aí eles pegam o Orçamento de Emenda de Bancada e transferem para as ações que eles acham que são importantes sem ao menos dar uma resposta para o Parlamento ou para um Parlamentar que seja. Presidente, eu sou obrigado, se não houver modificação, pedir vista e não é o que eu quero. Mas se permanecer dessa forma eu vou pedir vista.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Vou pedir ao Deputado Marcelino para emitir o Parecer, depois o Deputado volta à discussão do Projeto.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – O Projeto de Lei nº 181/15 de autoria do Poder Executivo/Mensagem 186, que autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por anulação até o montante de R\$ 33.224.111,88 em favor das Unidades Orçamentárias Superintendência de Gestão de Suprimentos, Logísticas e Gastos Públicos Essenciais – SUGESPE, Secretaria de Estado de Segurança, Defesa e Cidadania – SESDEC, Polícia Civil – PC, Fundo Estadual de Saúde – FES, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental – SEDAM, Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária, Desenvolvimento e Regularização Fundiária – SEAGRI, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia – EMATER e Fundo Penitenciário – FUPEN.

Senhor Presidente, senhores Deputados, pela legalidade e constitucionalidade do Projeto. Meu Parecer é favorável a aprovação do Projeto, Senhor Presidente.

O SR. JESUÍNO BOABAI – Conhecido o voto do Relator, deve-se pedir vista. O senhor vai...

O SR. JEAN OLIVEIRA – Não, o Presidente ainda vai pedir.

O SR. JESUÍNO BOABAI – Não, conheceu o voto do relator. Eu vou pedir vista, então. Porque tem que conhecer o voto do

Relator. Conheceu o voto do Relator, pede-se vista. Então, eu, junto com o Deputado Jean, a gente pediu vista agora, a CCJ e a Comissão. Porque eu também, Deputado Jean, com todo respeito, aqui tem Matéria da PM, tem Matéria de tudo quanto é lugar aqui, 33 milhões, e com certeza a gente deve analisar isso. Então, o prazo é de 48 horas, a gente traz e discute isso na próxima Sessão, que não vai impedir nada, porque é Matéria simbólica. Na próxima Sessão a gente delibera.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – O pedido aqui é do Deputado Jesuíno ou do Deputado Jean?

O SR. JEAN OLIVEIRA - Em conjunto. Pode ser Presidente.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Senhor Presidente, Questão de Ordem?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO - Eu acho que o pedido de vista é perfeitamente normal e de direito. Agora, qual o prazo que nós temos para...

O SR. JESUÍNO BOABAI – Quarenta e oito horas.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Então, só vota semana que vem?

O SR. JESUÍNO BOABAI – É, semana que vem, mas não tem nenhuma Matéria de urgência não.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Tem. O pagamento da Emater depende disso aí.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Os oito milhões da Emater é para fechar a folha.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – O pagamento da Emater é para fechar a folha, porque não estava previsto quando da criação. Mas, beleza, na semana que vem a gente vota.

O SR. LAERTE GOMES – Presidente, eu ia pedir vista dessa Matéria, só não pedi porque o Deputado, nosso Presidente da CCJ conversou comigo e eu, em respeito a ele, eu não pedi. Agora, a Emater, a semana passada nós votamos 08 milhões também, que foi o mês passado. Então essa questão... nós estamos hoje no dia 13.

O SR. ADELINO FOLLADOR – É, mas aquele já foi pago e ficou devendo...

O SR. LAERTE GOMES - Deputado Adelino, eu estou com a palavra. Vota na semana que vem. Se for a questão da Emater não tem problema nenhum. A folha fecha, o pessoal, o problema é o financeiro. Nós temos que dar o financeiro para fechar lá, entendeu? Agora, eu não pedi, Deputado Marcelino, justamente por causa de Vossa Excelência, senão eu tinha

pedido também, porque um projeto desses, de 33 milhões, tem que tramitar.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Questão de Ordem, após o Deputado Aécio da TV.

O SR. AÉLCIO DA TV – Não. Quando fala de remanejamento, eu... Quando o Governo do Estado mandou para esta Casa um pedido de ampliação no percentual de remanejamento de 10% para 20%, eu fui contrário e barrei lá na Comissão, lá na Comissão de Finanças. O Deputado Cleiton Roque sabe disso, eu era o relator, e eu barrei esse cheque em branco, por quê? Porque eu queria que tudo o que fosse remanejado, passasse por aqui para a gente votar, para a gente ver. Mas, em compensação, quando nós fizemos, quando nós damos este corte no planejamento, nós abrimos um precedente também, de correr o risco de travar algumas coisas. Porque se nós atrasarmos na votação de algum projeto, pode prejudicar, pode prejudicar a Segurança, pode prejudicar a Emater, pode prejudicar qualquer Secretaria, porque dependem desses remanejamentos de suplementação ou coisa parecida, para algumas questões importantes, como pagamento de salários. Acho absolutamente cabível e importante fazer os pedidos de vista, mas eu gostaria que a gente fosse bastante ágil, porque nós somos contrários, se pedir de novo, eu peço para travar de novo para que seja passado por aqui, mas que a gente dê agilidade, para não atrapalhar o funcionamento e principalmente o salário do servidor.

O SR. LÉO MORAES – Pela ordem, senhor Presidente?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) - Só a fim de contribuir com essa discussão. Eu parabeno o Deputado Jean, assim como o Deputado Jesuíno Boabaid pelo pedido de vista, pelo montante vultoso de trinta e três milhões e que ele está fatiado em diversas Secretarias, em diversos órgãos, e que tem que ser analisado de forma fria. Quanto à questão do remanejamento de 10% para 20%, Deputado Aécio, eu concordo, exatamente que deve iniciar-se de forma natimorto, nasce morto dentro da Comissão. A Comissão de Finanças é para isso, é sua atribuição. Não existe o menor cabimento, Deputado Adelino, de nós falarmos em remanejamento sem o QDB - Quadro de Detalhamento de Despesas e também não tem o menor cabimento nós fazermos, constantemente, eu até já conversei com o Deputado Marcelino, uma pessoa que admiro e eu me comprometi, quando ele pediu esse apoio para passar, mas também denota uma falta de planejamento extrema, se porventura, o que o Deputado Lazinho comentou, que quem vai ser penalizado, de repente, são os servidores da Emater, falta de planejamento. Falta de planejamento, a SEPOG é para isso, minha gente. Não de repente, porque eles mal planejaram que a gente tem que ser, fazer uma atitude, cometer uma atitude temerária. Então, eu parabeno o Deputado Jesuíno, parabeno o Deputado Jean, de pedir vista por conta da falta de planejamento.

O SR. MARCELINO TENÓRIO - Eu só quero, Questão de Ordem, Presidente, para poder solicitar aos nobres Pares. Eu conversei com todos os Pares, se poderíamos votar esse Projeto, que eu respeito a posição de cada um. E aí foi, Presidente, foi dado o respaldo de nós colocarmos esse Projeto para votar hoje. Caso contrário, se qualquer um Parlamentar tivesse chegado, 'Deputado, não coloca esse projeto que eu vou pedir vista', naturalmente eu tenho que respeitar o meu colega de trabalho aqui. Mas foi solicitado a todos os Deputados presentes se poderíamos votar esse projeto hoje e foi feito por unanimidade. Inclusive, eu quero registrar a falta da presença da Deputada Lúcia Tereza, houve um incidente na sua cidade, Espigão d'Oeste, e pediu para que nós registrássemos a falta dela nesta Sessão, devido ela ter saído, Deputado Hermínio, para poder atender a necessidade daquele cidadão que é um amigo íntimo dela, que foi acidentado agora de manhã e chegou a óbito. Agora, Deputados, nós precisamos, como falou o Deputado Aécio, quem foi Prefeito ou quem será, se ele tiver 10% de remanejamento no orçamento deles, ele vai sempre mandar, a toda semana, um projeto de suplementação para a Câmara Municipal, para o Governo do Estado, seja qual for ele. Por isso que seguramos esse Projeto para que todos os processos sejam vindos até aqui.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Pela Ordem, Deputado?

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Nós temos que pensar muito, Deputado Aécio, Deputado Hermínio e demais Deputados, Deputado Adelino Follador. Nós temos que atentar muito bem naquilo que vem do Governo do Estado, Deputado Lazinho, quando se aumenta despesas correntes. Estava sendo debatido agora o problema da SEPAZ. Naquele momento que foi criado, antes de mandar o Projeto de Lei aqui para a SEPAZ, lá em 2013, nós sentamos com o Governador, o Deputado Jean Oliveira estava presente lá e nós fomos sempre contrários. Porque eram 10 milhões de orçamento, Deputado Jean, estava Vossa Excelência, estava eu, estava o Deputado Ribamar Araújo, estava o Deputado Adelino Follador e vários Deputados presentes. Nós fomos enfáticos, o Deputado Jean e todos mais, porque era despesa corrente e a finalidade, o que vai trazer de benefício para o Estado de Rondônia? E nós vimos que foi em vão a criação da SEPAZ naquele momento. Espero que agora ela faça a sua função...

O SR. LAERTE GOMES – Deputado...

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Calma, Deputado Laerte. Eu não costumo, Deputado Laerte, usar muito a Tribuna... não está nem com cinco minutos, mas, Deputado, só um momento. E nós temos que atentar isso. A FAPERO veio para esta Casa para ser criada, a FAPERO. Se Vossas Excelências não perceberam, são dois milhões e meio de reais. A finalidade dela, em que ela vai atender ao nosso Estado de Rondônia? é momento de criar ela? Não. Então, os Deputados tinham que

fazer isso aqui. É neste momento que nós precisamos ter essa consciência e não deixar aumentar despesas correntes. E se nós não fizermos o nosso papel, o Estado manda, nós vamos aprovar? Não. Tem que dizer de onde a receita está vindo, de onde vai ser tirado esse recurso. A mesma coisa, foi criada a Agência de Regulação do Estado de Rondônia. Vossas Excelências já perceberam quanto de orçamento ela tem, o que é que ela vai gastar no Estado de Rondônia e o que ela vai trazer de benefício para o nosso Estado? Então, Deputado Jean, nós precisamos ficar muito atentos nisso. Então, Deputados, era só esse esclarecimento que eu queria fazer aqui. Que esse Projeto, Deputado Léo, foi a plenário por sua condição de Deputado atendeu ao nosso pedido, o Deputado Jean também, fico muito agradecido, e todos os demais que fizeram isso. Mas eu concordo com a posição de qualquer Deputado. O Parlamento é para isso, é para discutir e chegarmos a um consenso.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. LÉO MORAES – Deputado, só mais uma vez abrir um parêntese no que diz respeito ao planejamento, mais uma vez eu vou entrar nessa seara. Primeiro, que é uma continuidade, é uma reeleição. Isto é, foi estudado e planejado o orçamento no ano anterior, no qual nós já tínhamos o mesmo Governador. Nós temos casos, por exemplo, do Governador, que Vossa Excelência tanto gostou, Deputado Aécio da TV, lá da sua terra natal, no Espírito Santo, que ele contingenciou o orçamento através de uma boa transição e fez ali mesmo todo o remanejamento necessário. Lógico, quando nós vamos trabalhar com sete bilhões e meio, nós não podemos, de forma alguma, liberar um remanejamento de 20%. Então, só para deixar bem claro que não é o caso dessa Matéria em tela. Tiveram condições de fazer o estudo e a análise para onde poderia e deveria, por necessidade, alocar esse recurso, explicar de forma específica e não foi feito. Várias vezes nós recebemos e nós votamos, mas eu penso que é totalmente legítimo que um Deputado peça vista por conta da vulnerabilidade de um remanejamento ou de uma suplementação orçamentária.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Presidente, só para concluir. Quero dizer que Vossa Excelência, como eu disse que é sereno, o Deputado Marcelino também é, é um conciliador, é uma pessoa que é respeitada, teve aqui a renúncia de alguns membros da CCJ para que Vossa Excelência desse Parecer em plenário. Quero dizer que respeito Vossa Excelência, mas nesta situação eu não poderia aceitar, pelo seguinte fator, nós nunca nos recusamos aprovar aqui, sejam até cem Matérias num dia, nunca nos recusamos. Se tiver quinhentas Matérias para serem votadas, a gente vai votar as quinhentas, e só depois encerramos

a Sessão. Então, por que mandar um único Projeto contendo todos os Remanejamentos? Isso é uma jogada. Uma jogada da Secretaria de Planejamento. Primeiro, que ele não confia no Parlamento, porque se confiasse mandava os Projetos, pasta por pasta. Primeira coisa, ele não confia. Segundo, é totalmente legítimo que o Parlamento tenha, conduza o orçamento, que nós somos fiscais do orçamento junto com o Executivo. Quando a gente aprova o remanejamento de 10% é uma coisa totalmente plausível, é flexível 10%. Mais que 10% já começa a ser uma situação de conforto demais, aí nós estamos dando um fôlego que não é necessário para o Executivo, uma vez que o Parlamento não recusa votar nada. Então, eu quero só dizer uma coisa, Presidente. Nós temos que começar a entender que a Assembleia tem uma razão e a razão é fiscalizar, é fazer um trabalho em consonância com o Executivo, harmonicamente. Ninguém quer fazer um papel de conflitar, mas que respeitemos a atribuição do Legislativo e que os Parlamentares que estão a fim de trabalhar possam utilizar das ferramentas do Legislativo para fazer um trabalho.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Eu quero só dizer que aqui, onde fala Empresa de Assistência Técnica - EMATER, é atender os servidores com auxílio, quinhentos mil, assegurar a remuneração de pessoal ativo e encargos sociais, oito milhões. Então, esse é específico para a folha. Então, eu estou dizendo, não estou discordando de nenhum colega, mas com certeza eu acho que poderia ser feito um alerta aqui, Presidente, ao Governo para que ele não faça mais esse tipo de Projeto englobando tudo, para a gente analisar com mais tranquilidade. Então, eu vejo aqui muita... Inclusive tem aqui 'promover publicidade institucional', que isso não teria tanta pressa, três milhões, quatrocentos e cinquenta, Superintendência de Gestão; Logística - SUGESPE que nós tanto criticamos, três milhões, quatrocentos e cinquenta. Segurança Pública, seis milhões oitocentos e trinta e cinco, aqui também é pessoal. Então, eu acho o que afronta os Deputados e que preocupa, é quando faz o negócio tudo amarrado para você engolir goela abaixo. Então, eu acho um desrespeito com o Legislativo. Eu concordo com os Pares que o Governo, deixar aqui registrado, que não mande mais tudo englobado, Deputado Marcelino, que mande sem... e depois se vai discutindo nas Comissões e quando for urgência, quando é folha de pagamento, esta Casa jamais se nega ou se negou agilizar. Mas quando, parece que tem má fé, não sei se tem, mas com certeza há uma vontade de englobar e isso nos preocupa muito. Então, quero concordar com os Pares, mas que hoje seria muito bom se conseguisse votar. A minha preocupação é para constituir a folha, que dia 21, semana que vem, já teria que estar pronta essa folha.

Obrigado.

O SR. LÉO MORAES – Senhor Presidente, só a título também, para finalizar a minha participação. Nós estamos discutindo essa Matéria que é importante, concordo com o Deputado Adelino, que existem várias Matérias de várias Secretarias no bojo, isso prejudica uma análise mais criteriosa. Porém, o mais importante é que gostaria que fizesse a verificação de quorum, a verificação de quorum, Presidente, porque eu acho que nós estamos discutindo, mas não temos quorum suficiente para qualquer votação. Por gentileza verificação de quorum.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Deputado, esse Projeto, já foi concedida vista. O Deputado Jesuíno e o Deputado Jean, pediram vista. Eu vou pedir ao Chefe da Casa Civil, e quem hoje está respondendo é o Ezequiel Neiva, ele esteve agora pouco ali no gabinete, e o Secretário Adjunto de Planejamento. Já falei com eles hoje, Deputado Ribamar, que eles não mandem Projeto, mandem o Projeto, se é um Projeto de emergência, manda separado. Poxa, é tão rápido para fazer um Projeto desses, e manda tudo junto, e chega aqui, nós ficamos com dificuldade na hora de votar. Então, eu já chamei atenção do Secretário da Casa Civil, do Secretário de Planejamento e como o Projeto foi pedido vista, eu vou convidar eles para estarem antes de votar o Projeto na terça-feira, para que a gente faça novamente, em conjunto, esse pedido, para facilitar as votações aqui na aprovação dos Projetos. Projetos que são de interesse pessoal, que é folha de pagamento, esse tem que votar, não tem como não votar. Então, manda separado e isso a gente aprova com urgência, emergência. Agora, tem Projeto que precisa vir separado, não dá para misturar e às vezes eles fazem isso, como dizem os Deputados aqui, por causa de um, vota o outro. Então, é uma estratégia mesmo. Mas vamos ter essa conversa com eles mais uma vez. Eu gostaria que fosse, eu vou convidar eles, que nós conversássemos juntos aqui na sala de reunião.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Questão de Ordem, Senhor Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Emita uma recomendação a Secretaria de Planejamento do Estado, e reconhecimento, para quando eles mandarem esse Projeto, não com esse volume de suplementação, diminuir, fica mais fácil trabalhar, fatiar mais.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Próxima Matéria, Senhor Secretário.

O SR. CLEITON ROQUE (Secretário ad hoc) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAI – DISPENSA DE INTERSTÍCIO - Requer à Mesa, nos termos do § único do Art. 199 do Regimento Interno, seja dispensado interstício Regimental para apreciação em segunda discussão e votação dos Projetos de Lei 194/2015, PLC 27/2015, PLC 032/2015.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Requerimento do eminente Deputado Jesuíno Boabaid - Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Aprovado.

Vai ao Expediente.

Próxima Matéria, Secretário.

O SR. CLEITON ROQUE (Secretário ad hoc) – Encerradas as Matérias da Ordem do Dia, Senhor Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Encerrada a Ordem do Dia, passemos às Comunicações Parlamentares.

Não há oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus e, antes de encerrar a presente Sessão, convoco Sessão Extraordinária, no prazo de 2 minutos, para aprovar em segunda discussão os Projetos, aprovados nesta Sessão.

Antes de encerrar a Sessão, comunico a realização da Sessão Solene do Deputado Léo Moraes, dia 15 de outubro, às 09 horas, em homenagem o Dia do Professor. Comunico a realização de Audiência Pública da autoria também do Deputado Léo Moraes no dia 16 de outubro às 10 horas, para debater o processo de reintegração de posse da Terra do Conte, do distrito de União Bandeirantes, município de Porto Velho.

Eu quero aqui deixar também o registro, o dia de amanhã, dia 15 é Dia dos Professores. A nossa homenagem a todos os professores do nosso Estado que prestam o seu trabalho ensinando os nossos alunos. Fica aqui o registro, as nossas homenagens desta Casa em nome de todos os Deputados. As nossas homenagens a todos os professores, diretores, toda a equipe que ingressa a escola. Então, fica aqui o nosso reconhecimento, a nossa gratidão, a nossa alegria de podermos registrar o Dia dos Professores, que é o dia de amanhã, dia 15 de outubro.

Está encerrada a Sessão.

Um abraço a todos e até terça-feira.

(Encerra-se esta Sessão às 13 horas e 25 minutos)

SECRETARIA GERAL

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2015/CP/AL/RO
Processo Administrativo nº 7732/2015-47
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL – EPI PARA SEREM UTILIZADOS PELOS SERVIDORES NA MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES QUE INTEGRAM AS ESTRUTURAS PREDIAIS, a pedido do Departamento de Logística da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia,

Em atendimento ao disposto no Art. 8º, inciso VI do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, que regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, HOMOLOGO o resultado da licitação supracitada, à licitante **JAO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA– CNPJ 22.831.895/0001-49, vencedora do Lote Único**, por estar em conformidade com as normas legais: Lei Federal 10.520/02, Decreto 3.555/00, Resolução ALE 152/2007, Decreto nº 7.892/13 e Lei Federal nº 8.666/93:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID	QTD	VLR UNIT
1	Protetor Auditivo 3M Pomp Plus, com cordão de PVC, com caixa plástica com clipe para armazenar o produto. Atenuação de 17 dB (NRRsf) e CA 5745.	3M	UND	200	2,17
2	Máscara respiradora valvulada PFF-2, Tipo 8023 3m para poeiras, névoas tóxicas, Fumos de solda e baixa concentração de vapores Orgânicos e odores de CA 9626.	CARBOGRAFIT CG421V	UND	100	1,86
3	Respirador fácil não valvulado sem manutenção. Formato de concha; material de alumínio para Regulagem do formato do nariz; fixação através de Elásticos; indicado: poeiras, névoas e vapores Orgânicos; classe: PFF – 1.	CARBOGRAFIT	UND	300	1,54
4	Luva de algodão, confeccionada em fio de algodão e poliéster tricotados em uma só peça, com acabamento em overtoque, punho com elástico e modelo reversível – com aplicação de pontos de PVC na palma e dorso da mão – 342 – P2, que atenda a NBR 13712/96.	PLASTMG	PAR	200	3,38
5	Luva de raspa, cano do punho de 10 Cm. Confeccionado em raspa de couro bovino, Curtido ao cromo, corte estilo clute sem Forchetas (não-reversível), com reforço externo Na palma e na face palmar de todos os dedos, tira de Reforço entre polegar e indicador, e punho tipo Cano, material de primeira qualidade. Indicado para Proteção das mãos contra riscos mecânicos tais Como no contato com agentes abrasivos ou Escoriantes, respingos de materiais em fusão, Operação de solda e corte.	PLASTMG CA 27.440	PAR	24	16,66
6	Luva de Látex para procedimento não cirúrgico Talcada, com certificado de aprovação emitido pelo Ministério do trabalho, CA, tamanhos: p, m e g, caixa C/ 100 unidades.	PROMAT	CX	10	29,00
7	Bota de borracha cor preta, cano longo, modelo sete léguas, sem revestimento interno de algodão. (tamanho 37 a 44).	FIRENZE CA 29.983	PAR	12	27,88
8	Bota de borracha cano curto. Cor: branca, limpeza predial. (tamanho de 34 a 40).	FIRENZE CA 30.408	PAR	50	29,38
9	Botina de segurança, bico de PVC, tamanhos diversos, Sistema de fechamento, calce rápido através de elásticos lateral encoberto; confeccionado em couro lixado curtido ao cromo, resistente a cortes, escoriações, Agentes químicos, com Certificado de Aprovação emitido pelo Ministério do Trabalho - CA.	FIRENZE	UND	100	64,79

10	Capacetes de segurança com aba frontal, suspensão e Jugular com fendas laterais para acoplamento de Protetores auriculares, com testeira com Regulagem por sistema de catraca giratória. Os capacetes deverão possuir Selo de Identificação da Conformidade com características definidas pelo INMETRO, de acordo com a Portaria INMETRO nº 73/2006.	PLASTCOR CA 31.469	UND	30	12,12
11	Luva de vaqueta tipo petroleira, resistente, confortável, anatômica, confeccionada em vaqueta de primeira qualidade curtida ao cromo, macia ao tato, sem rachaduras ou furos, flexível, com reforço do mesmo material na palma e tira de reforço entre o polegar e o indicador, punho, seguido a norma ABNT EB-192, confecção feita com linha de nylon e vaqueta na cor natural com espessura entre 0,8 a 1,2 mm. Tamanho único.	PLASTMG	PAR	30	25,76
12	Óculos de Proteção e Segurança transparente Óculos de proteção em polipropileno com proteção Lateral, incolor, anti-risco, hastes articuladas, com certificado de aprovação emitido pelo Ministério do trabalho (CA). Equipamento de Proteção Individual (EPI) Norma Regulamentadora NR-6	PLASTCOR CA 34.412	UND	30	5,15
13	Óculos de Proteção e Segurança cor cinza/fume Óculos de proteção em polipropileno, similar, na cor cinza/fumê, com Certificado de aprovação emitido pelo ministério do Trabalho (CA). Equipamento de Proteção Individual (EPI) Norma Regulamentadora NR-6	PLASTCOR CA 34.685	UND	50	5,15
14	Suspensão para Capacete -Tira de nuca; -Testeira Absorvedora de suor: em laminado de PVC atóxico, dublado com espuma multiperfurada em poliéster -Cabeceira: ajustável com catraca giratória para todas as medidas de cabeça. Confeccionada em polietileno.	PLASTCOR	UND	10	7,99
15	Capa de Chuva - Conjunto para chuva em nylon naval emborrachado azul escuro ou amarela, composto por jaqueta com capuz, com fechamento frontal todo em velcro e 04 botões de pressão e mangas compridas com elásticos nos punhos, calça com ajuste na cintura por elástico e cordão nylon, o material retrorrefletivo que comporá o conjunto deverá ser à base de elementos microprismático termoativado metalizado e totalmente afixado no nylon por processo térmico de pressão e calor, isento de costura e solda eletrônica nas laterais, refletindo sua cor à noite, na forma de faixas.	PLASTCOR	UND	10	21,00
16	Cinto de Segurança Paraquedista, com as seguintes características: -Possui 02 argolas duplas forjadas para posicionamento na cintura. -01 argola forjada para posicionamento nas costas - 03 Fivelas de engate rápido (pernas e cintura) - Regulador de ajuste peitoral - Porta ferramentas de 24mm - Almofada de 130mm largura para proteção lombar - Almofada de 50mm para proteção das pernas -Regulador de distância em aço inox, tipo "bola", com corda poliamida 16mm, revestida com mangueira contra atrito e mosquetão forjado dupla-trava -Trava-queda com duplo travamento do corpo para corda de aço inox - Mosquetão oval em aço - capacidade 22kn - Porta-Carretilha	MG CINTOS	UND	10	384,62
17	Talabarte "Y" sem absorvedor, com as características abaixo: 1. Confeccionado em cadarço de material sintético tubular amarelo; 2. Elástico embutido em forma de "Y"; 3. Gancho umbilical dupla trava com abertura de 55 mm forjado; 4. Gancho olhal dupla trava com abertura de 20 mm forjado.	MG CINTOS	UND	10	206,17
18	Trava-queda em aço; duplo travamento no corpo; utilizado para corda de poliamida 12 mm; mola de posicionamento; extensão em nylon.	MG CINTOS 1886	UND	6	271,25

19	Cone de Sinalização, moldado numa só peça de PVC o que proporciona uma enorme flexibilidade ao cone que garante não danificar o veículo e voltar à posição original quando atropelado e não ser arremessado, evitando acidentes. Na cor laranja fluorescente e com suas faixas refletivas apresenta maior contraste permitindo maior visualização tanto à noite como na chuva ou neblina. Altura: 75 cm, diâmetro do topo de 5,5 cm e da base 31,5 cm abertura no topo de 3 cm.	PLASTCOR	UND	20	35,26
20	Fita zebreada para sinalização: rolo, listrada nas cores preto e amarelo, 70 mm x 200m, resistente, plástica não adesiva. SISPP - 9019-0	PLASTCOR	UND	10	9,07

Porto Velho/RO, 28 de outubro de 2015.

Maria Marilu do Rosário de B. Silveira
SECRETÁRIA GERAL ADJUNTA - ALE/RO

SUP. DE RECURSOS HUMANOS

ATO Nº 400/2015-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Tornar sem efeito o ATO Nº 302/2015-SRH/D/P/ALE, de 08.10.2015, publicado no DO-e-ALE/RO, nº173, pag.3706, de 19.10.2015, conforme solicitação do Memorando nº 0185/DCER-2015, fls 17 do Processo nº13381/2015-18.

Porto Velho - RO, 29 de Outubro de 2015.

Maurão de Carvalho **Maria Marilu do R. de B. Silveira**
Presidente Secretário Geral Adjunto

ATO Nº 401/2015-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Conceder 04 (quatro) diárias no período de 26 a 29/10/2015 a servidora relacionada, que irá participar da Caravana Pró BR 319, fazendo cobertura jornalística conforme Processo nº 14514/2015-28.

Matricula: 100009490
Nome: Wagna Vieira da Silva
Cargo: Assistente Técnico
Lotação: Gab. da Secretaria Geral

Porto Velho - RO, 29 de Outubro de 2015.

Maurão de Carvalho **Maria Marilu do R. de B. Silveira**
Presidente Secretário Geral Adjunto

ATO Nº 402/2015-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Conceder 01 (uma) diária no dia 29.10.2015 aos servidores relacionados que irão realizar serviços na área de Cerimonial auxiliando na preparação e adaptação das instalações do local da Audiência Pública no município de Itapuã D'Oeste, conforme Processo nº. 14523/2015-34.

Matricula: 200161736
Nome: Mariene Gsellmann da Costa
Cargo: Assistente Técnico
Lotação: Dept. Cerimonial

Matricula: 100005175
Nome: Tania Maria Pereira da Silva
Cargo: Aux. Administrativo
Lotação: Dept. Cerimonial

Porto Velho - RO, 29 de Outubro de 2015.

Maurão de Carvalho **Maria Marilu do R. de B. Silveira**
Presidente Secretário Geral Adjunto

ATO Nº 403/2015-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Conceder 01 (uma) diária no dia 29.10.2015 aos servidores relacionados que irão realizar serviços na área de Cerimonial como Garçom na Audiência Pública no município de Itapuã D'Oeste, conforme Processo nº. 14523/2015-34.

Matricula: 200161737
Nome: Fredson Teixeira Pereira
Cargo: Assistente Técnico
Lotação: Dep. Cerimonial

Matricula: 200161738
Nome: Paulo Moreira Batista
Cargo: Assistente Técnico
Lotação: Dep. Cerimonial

Porto Velho - RO, 29 de Outubro de 2015.

Maurão de Carvalho **Maria Marilu do R. de B. Silveira**
Presidente Secretário Geral Adjunto

ATO Nº 404/2015-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Conceder 01 (uma) diária no dia 29.10.2015 ao servidor relacionado que irá realizar cobertura Cinematográfica, durante a Audiência Pública no município de Itapuã D'Oeste, conforme Processo nº. 14523/2015-34.

Matricula: 200161382
Nome: Tiago Silva Santos
Cargo: Assistente Técnico
Lotação: Dep.Com.Social

Porto Velho - RO, 29 de Outubro de 2015.

Maurão de Carvalho **Maria Marilu do R. de B. Silveira**
Presidente Secretário Geral Adjunto

ATO Nº 405/2015-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Conceder 01 (uma) diária no dia 29.10.2015 aos servidores relacionados que irão realizar serviços de assessoramento durante a Audiência Pública no município de Itapuã D'Oeste, conforme Processo nº. 14523/2015-34.

Matricula: 200162093
Nome: Geovani Bero
Cargo: Assessor Técnico
Lotação: Dep.Com.Social

Matricula: 200162092
Nome: Ana Célia Rodrigues da Silva
Cargo: Secret. de Apoio
Lotação: Dep.Com.Social

Porto Velho - RO, 29 de Outubro de 2015.

Maurão de Carvalho **Maria Marilu do R. de B. Silveira**
Presidente Secretário Geral Adjunto

ATO Nº 406/2015-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Conceder 01 (uma) diária no dia 29.10.2015 a servidora relacionada que irá participar dos trabalhos taquígrafos durante a Audiência Pública no município de Itapuã D'Oeste, conforme Processo nº. 14523/2015-34.

Matricula: 100005703
Nome: Elma de Souza Johnson Avelino
Cargo: Assistente Técnico
Lotação: Dept. Legislativo

Porto Velho - RO, 29 de Outubro de 2015.

Maurão de Carvalho **Maria Marilu do R. de B. Silveira**
Presidente Secretário Geral Adjunto

ATO Nº 407/2015-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Conceder 01 (uma) diária no dia 28.10.2015 ao servidor relacionado que irá realizar a segurança dos materiais que irão ser instalados no local da Audiência Pública no município de Itapuã D'Oeste, conforme Processo nº. 14610/2015-86.

Matricula: 200161709
Nome: Calixto Melo de Souza
Cargo: Assistente Técnico
Lotação: Sec. de Seg. Institucional

Porto Velho - RO, 29 de Outubro de 2015.

Maurão de Carvalho **Maria Marilu do R. de B. Silveira**
Presidente Secretário Geral Adjunto

ATO Nº 408/2015-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Conceder 01 (uma) diária no dia 29.10.2015 ao servidor relacionado que irá realizar serviços como Mestre de Cerimônias na Audiência Pública no município de Itapuã D'Oeste, conforme Processo nº. 14609/2015-86

Matricula: 100008616
Nome: Lenilson de Souza Guedes
Cargo: Assessor Técnico
Lotação: Dep. Cerimonial

Porto Velho - RO, 29 de Outubro de 2015.

Maurão de Carvalho **Maria Marilu do R. de B. Silveira**
Presidente Secretário Geral Adjunto

SEC. DE PLAN. E MOD. DA GESTÃO**ATO Nº 004 MD-SPMG/2015**

Porto Velho, 29 de outubro de 2015.

Abre no Orçamento-Programa Anual da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 2.720.992,72 para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia no uso de suas atribuições legais e conforme autorização contida na Lei nº 3.497, de 29 de dezembro de 2014, § 1º, do artigo 8º, Lei Orçamentária Anual.

RESOLVE:

Art. 1º Fica aberto no Orçamento-Programa da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, Crédito Adicional Suplementar para atendimento de Despesa Corrente, conforme abaixo:

Código	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte de Recurso	Valor
REDUZ				
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA				
01.001.01.122.2013.1204	CONSTRUIR O PRÉDIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	4.4.90.51	100	2.720.992,72
TOTAL				2.720.992,72

Código	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte de Recurso	Valor
SUPLEMENTA				
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA				
01.001.28.843.0000.0097	REALIZAR PAGAMENTO DA DÍVIDA FUNDADA COM IPERON	3.2.90.21	100	1.000.000,00
01.001.01.122.1020.2062	MANTER A ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	3.3.90.93	100	612.000,00
01.001.01.031.1027.2665	EXECUTAR AÇÕES DE COMUNICAÇÕES	3.3.90.39	100	898.992,72
01.001.01.122.1020.2062	MANTER A ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	3.3.90.14	100	210.000,00
TOTAL				2.720.992,72

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária no montante acima especificado.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Maria Marilú do Rosário B. Silveira
Secretária Geral Adjunta

Deputado Mauro de Carvalho
Presidente